

# ***Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A.***

*Demonstrações Financeiras  
Referentes ao Exercício Findo em  
31 de Dezembro de 2012 e  
Relatório dos Auditores Independentes  
sobre as Demonstrações Financeiras*

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes

## RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas e Administradores da  
Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A.  
São Bernardo do Campo - SP

Examinamos as demonstrações financeiras da Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2012 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

### **Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras**

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e Normas Internacionais de Relatório Financeiro (“IFRS”), emitidas pelo “International Accounting Standards Board - IASB”, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

### **Responsabilidade dos auditores independentes**

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados às circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

## **Opinião sobre as demonstrações financeiras**

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anteriormente referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2012, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e IFRSs, emitidas pelo IASB.

## **Ênfase**

### *Reapresentação das demonstrações financeiras*

Conforme descrito na nota explicativa nº 32, a Companhia está reapresentando as demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012. Os aprimoramentos efetuados não modificam nosso relatório de auditoria emitido em 4 de março de 2013 sobre tais demonstrações financeiras. Nossa opinião não está ressalvada em virtude desse assunto.

## **Outros assuntos**

Examinamos, também, a demonstração do valor adicionado (“DVA”), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012, elaborada sob a responsabilidade de sua Administração, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

São Paulo, 17 de abril de 2013



DELOITTE TOUCHE TOHMATSU  
Auditores Independentes  
CRC nº 2 SP 011609/O-8



Ismar de Moura  
Contador  
CRC nº 1 SP 179631/O-2

CONCESSIONÁRIA ECOVIAS DOS IMIGRANTES S.A.

BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E DE 2011  
(Em milhares de reais - R\$)

| ATIVO                                      | Nota explicativa | 31/12/12         | 31/12/11         | PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO                            | Nota explicativa | 31/12/12         | 31/12/11         |
|--------------------------------------------|------------------|------------------|------------------|---------------------------------------------------------|------------------|------------------|------------------|
| <b>CIRCULANTE</b>                          |                  |                  |                  | <b>CIRCULANTE</b>                                       |                  |                  |                  |
| Caixa e equivalentes de caixa              | 4                | 16.107           | 31.969           | Fornecedores                                            |                  | 14.471           | 14.735           |
| Títulos e valores mobiliários - vinculados | 5                | 28.498           | 30.106           | Impostos, taxas e contribuições a recolher              | 12               | 8.269            | 7.626            |
| Clientes                                   | 6                | 55.891           | 43.926           | Arrendamento mercantil financeiro                       | 13               | 192              | 900              |
| Tributos a recuperar                       |                  | 88               | 280              | Debêntures                                              | 14               | 133.458          | 117.748          |
| Partes relacionadas - clientes             | 15               | 18               | 17               | Obrigações sociais e trabalhistas                       |                  | 4.754            | 3.766            |
| Despesas antecipadas                       | 7                | 1.746            | 1.633            | Programa de Recuperação Fiscal - REFIS                  |                  | 180              | 174              |
| Outros créditos                            |                  | 7.397            | 5.020            | Partes relacionadas - fornecedores                      | 15               | 8.224            | 9.709            |
| Total do ativo circulante                  |                  | <u>109.745</u>   | <u>112.951</u>   | Credor pela concessão                                   | 18               | 16.703           | 15.663           |
|                                            |                  |                  |                  | Provisão para imposto de renda e contribuição social    |                  | 10.178           | 10.705           |
| <b>NÃO CIRCULANTE</b>                      |                  |                  |                  | Dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar      | 20.e)            | 129.573          | 196.653          |
| Tributos diferidos                         | 11.a)            | -                | 7.342            | Provisão para manutenção                                | 16               | 16.538           | 19.911           |
| Depósitos judiciais                        | 8                | 7.492            | 5.476            | Outras contas a pagar                                   |                  | <u>18.131</u>    | <u>10.650</u>    |
| Partes relacionadas - clientes             | 15               | 39               | 13               | Total do passivo circulante                             |                  | <u>360.671</u>   | <u>408.240</u>   |
| Imobilizado                                | 9                | 36.154           | 31.501           |                                                         |                  |                  |                  |
| Intangível                                 | 10               | 981.260          | 967.010          | <b>NÃO CIRCULANTE</b>                                   |                  |                  |                  |
| Total do ativo não circulante              |                  | <u>1.024.945</u> | <u>1.011.342</u> | Arrendamento mercantil financeiro                       | 13               | -                | 190              |
|                                            |                  |                  |                  | Debêntures                                              | 14               | 92.848           | 218.118          |
|                                            |                  |                  |                  | Credor pela concessão                                   | 18               | 50.321           | 55.099           |
|                                            |                  |                  |                  | Partes relacionadas - fornecedores                      | 15               | 3                | -                |
|                                            |                  |                  |                  | Programa de Recuperação Fiscal - REFIS                  |                  | 605              | 635              |
|                                            |                  |                  |                  | Provisão para manutenção                                | 16               | 36.552           | 41.229           |
|                                            |                  |                  |                  | Provisão para construção de obras futuras               | 17               | 2.099            | 1.929            |
|                                            |                  |                  |                  | Provisão para perdas tributárias, trabalhistas e cíveis | 19               | 17.946           | 19.598           |
|                                            |                  |                  |                  | Tributos diferidos                                      | 11.a)            | 1.800            | 3.498            |
|                                            |                  |                  |                  | Outras contas a pagar                                   |                  | <u>2.375</u>     | <u>3.274</u>     |
|                                            |                  |                  |                  | Total do passivo não circulante                         |                  | <u>204.549</u>   | <u>343.570</u>   |
|                                            |                  |                  |                  | <b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>                               |                  |                  |                  |
|                                            |                  |                  |                  | Capital social:                                         |                  |                  |                  |
|                                            |                  |                  |                  | Subscrito                                               | 20.a)            | 314.052          | 314.052          |
|                                            |                  |                  |                  | A integralizar                                          | 20.a)            | (11.505)         | (11.505)         |
|                                            |                  |                  |                  | Reserva de capital - plano de opção com base em ações   | 20.d)            | 81               | 31               |
|                                            |                  |                  |                  | Reserva de lucros - legal                               | 20.c)            | 60.509           | 60.509           |
|                                            |                  |                  |                  | Reserva de lucros - dividendos adicionais propostos     | 20.e)            | 206.333          | 9.396            |
|                                            |                  |                  |                  | Total do patrimônio líquido                             |                  | <u>569.470</u>   | <u>372.483</u>   |
| <b>TOTAL DO ATIVO</b>                      |                  | <u>1.134.690</u> | <u>1.124.293</u> | <b>TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>            |                  | <u>1.134.690</u> | <u>1.124.293</u> |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CONCESSIONÁRIA ECOVIAS DOS IMIGRANTES S.A.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E DE 2011

(Em milhares de reais - R\$, exceto o valor por ação)

---

|                                                                           | Nota<br><u>explicativa</u> | <u>31/12/12</u> | <u>31/12/11</u> |
|---------------------------------------------------------------------------|----------------------------|-----------------|-----------------|
| RECEITA LÍQUIDA                                                           | 22                         | 824.431         | 771.772         |
| CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS                                              | 23                         | (320.905)       | (307.427)       |
| LUCRO BRUTO                                                               |                            | <u>503.526</u>  | <u>464.345</u>  |
| DESPESAS OPERACIONAIS                                                     |                            |                 |                 |
| Despesas gerais e administrativas                                         | 23                         | (57.159)        | (44.218)        |
| Outras despesas                                                           |                            | <u>(43)</u>     | <u>(1)</u>      |
|                                                                           |                            | (57.202)        | (44.219)        |
| LUCRO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO                           |                            | <u>446.324</u>  | <u>420.126</u>  |
| RESULTADO FINANCEIRO                                                      |                            |                 |                 |
| Receitas financeiras                                                      | 24                         | 7.846           | 12.019          |
| Despesas financeiras                                                      | 24                         | <u>(61.008)</u> | <u>(75.668)</u> |
|                                                                           |                            | (53.162)        | (63.649)        |
| LUCRO OPERACIONAL E ANTES DO IMPOSTO DE RENDA<br>E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL |                            | <u>393.162</u>  | <u>356.477</u>  |
| IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL                                    |                            |                 |                 |
| Correntes                                                                 | 11.b)                      | (120.751)       | (109.991)       |
| Diferidos                                                                 | 11.b)                      | <u>(5.643)</u>  | <u>(3.768)</u>  |
|                                                                           |                            | (126.394)       | (113.759)       |
| LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO                                                |                            | <u>266.768</u>  | <u>242.718</u>  |
| LUCRO LÍQUIDO POR AÇÃO (EM R\$) - BÁSICO E DILUÍDO                        | 25                         | <u>0,99</u>     | <u>0,90</u>     |

---

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

---

CONCESSIONÁRIA ECOVIAS DOS IMIGRANTES S.A.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE  
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E DE 2011  
(Em milhares de reais - R\$)

---

|                                   | <u>31/12/2012</u> | <u>31/12/2011</u> |
|-----------------------------------|-------------------|-------------------|
| LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO        | 266.768           | 242.718           |
| OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES     | <u>-</u>          | <u>-</u>          |
| RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO | <u>266.768</u>    | <u>242.718</u>    |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CONCESSIONÁRIA ECOVIAS DOS IMIGRANTES S.A.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO  
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E DE 2011  
(Em milhares de reais - R\$, exceto o valor por ação)

|                                                            | Nota<br>explicativa | Capital social |                | Reserva de capital                  | Reservas de lucros |                                       |                      | Total     |
|------------------------------------------------------------|---------------------|----------------|----------------|-------------------------------------|--------------------|---------------------------------------|----------------------|-----------|
|                                                            |                     | Subscrito      | A integralizar | Plano de opção<br>com base em ações | Legal              | Dividendos<br>adicionais<br>propostos | Lucros<br>acumulados |           |
| SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010                           |                     | 314.052        | (11.505)       | -                                   | 53.670             | 91.656                                | -                    | 447.873   |
| Plano de opção com base em ações                           | 20.d)               | -              | -              | 31                                  | -                  | -                                     | -                    | 31        |
| Dividendos pagos no exercício de 2011 (R\$0,35 por ação)   |                     | -              | -              | -                                   | -                  | (91.656)                              | -                    | (91.656)  |
| Lucro líquido do exercício                                 |                     | -              | -              | -                                   | -                  | -                                     | 242.718              | 242.718   |
| Destinação do lucro:                                       |                     |                |                |                                     |                    |                                       |                      |           |
| Reserva legal                                              |                     | -              | -              | -                                   | 6.839              | -                                     | (6.839)              | -         |
| Juros sobre o capital próprio pagos (R\$0,08 por ação)     | 20.e)               | -              | -              | -                                   | -                  | -                                     | (21.373)             | (21.373)  |
| Dividendos intermediários pagos (R\$0,78 por ação)         | 20.e)               | -              | -              | -                                   | -                  | -                                     | (10.000)             | (10.000)  |
| Dividendos intermediários propostos (R\$0,74)              | 20.e)               | -              | -              | -                                   | -                  | -                                     | (195.110)            | (195.110) |
| Constituição de reserva para dividendos (R\$0,04 por ação) | 20.e)               | -              | -              | -                                   | -                  | 9.396                                 | (9.396)              | -         |
| SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011                           |                     | 314.052        | (11.505)       | 31                                  | 60.509             | 9.396                                 | -                    | 372.483   |
| Plano de opção com base em ações                           | 20.d)               | -              | -              | 50                                  | -                  | -                                     | -                    | 50        |
| Lucro líquido do exercício                                 |                     | -              | -              | -                                   | -                  | -                                     | 266.768              | 266.768   |
| Destinação do lucro:                                       |                     |                |                |                                     |                    |                                       |                      |           |
| Juros sobre o capital próprio pagos (R\$0,08 por ação)     | 20.e)               | -              | -              | -                                   | -                  | -                                     | (20.928)             | (20.928)  |
| Dividendos mínimos obrigatórios (R\$0,18 por ação)         | 20.e)               | -              | -              | -                                   | -                  | -                                     | (48.903)             | (48.903)  |
| Constituição de reserva para dividendos (R\$0,73 por ação) | 20.e)               | -              | -              | -                                   | -                  | 196.937                               | (196.937)            | -         |
| SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012                           |                     | 314.052        | (11.505)       | 81                                  | 60.509             | 206.333                               | -                    | 569.470   |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CONCESSIONÁRIA ECOVIAS DOS IMIGRANTES S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA  
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E DE 2011  
(Em milhares de reais - R\$)

|                                                                                                                                               | <u>31/12/12</u>  | <u>31/12/11</u>  |
|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------------|------------------|
| <b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>                                                                                             |                  |                  |
| Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social                                                                                      | 393.162          | 356.477          |
| Ajustes para reconciliar o lucro antes do imposto de renda e da contribuição social com o caixa líquido gerado pelas atividades operacionais: |                  |                  |
| Depreciações e amortizações                                                                                                                   | 70.728           | 62.487           |
| Perda/baixa do ativo imobilizado e intangível                                                                                                 | 1.421            | 474              |
| Receita financeira de títulos e valores mobiliários - vinculados                                                                              | (484)            | (443)            |
| Encargos financeiros e variação monetária sobre debêntures                                                                                    | 46.079           | 57.178           |
| Variação monetária sobre credor pela concessão                                                                                                | 9.795            | 9.513            |
| Constituição de provisão para perdas tributárias, trabalhistas e cíveis e atualização monetária                                               | 3.529            | 10.763           |
| Ajuste a valor presente sobre provisão para manutenção e obras futuras                                                                        | 2.534            | 5.913            |
| Constituição de provisão para manutenção e provisão para construção de obras futuras, líquida                                                 | 44.872           | 41.158           |
| Prêmio de opções                                                                                                                              | 50               | 31               |
| Tributos diferidos                                                                                                                            | 1                | -                |
| (Aumento) redução nos ativos operacionais:                                                                                                    |                  |                  |
| Clientes                                                                                                                                      | (11.965)         | (7.331)          |
| Tributos a recuperar                                                                                                                          | 192              | (145)            |
| Despesas antecipadas                                                                                                                          | (113)            | 6                |
| Partes relacionadas - clientes                                                                                                                | (27)             | 237              |
| Outros créditos e depósitos judiciais                                                                                                         | (4.393)          | (5.371)          |
| Aumento (redução) nos passivos operacionais:                                                                                                  |                  |                  |
| Fornecedores                                                                                                                                  | (264)            | 710              |
| Obrigações sociais e trabalhistas                                                                                                             | 988              | 221              |
| Impostos, taxas e contribuições a recolher                                                                                                    | 643              | 416              |
| Partes relacionadas - fornecedores                                                                                                            | (1.482)          | 5.726            |
| Pagamento de provisão para perdas tributárias, trabalhistas e cíveis                                                                          | (5.181)          | (7.975)          |
| Outras contas a pagar                                                                                                                         | 6.582            | 1.269            |
| Imposto de renda e contribuição social pagos                                                                                                  | (121.278)        | (107.856)        |
| Pagamento de provisão para manutenção e de construção de obras                                                                                | (55.286)         | (45.448)         |
| Juros pagos                                                                                                                                   | (58.899)         | (66.054)         |
| Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais                                                                                            | <u>321.204</u>   | <u>311.956</u>   |
| <b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>                                                                                          |                  |                  |
| Aquisição de imobilizado                                                                                                                      | (15.228)         | (8.380)          |
| Aquisição de intangível                                                                                                                       | (75.824)         | (66.912)         |
| Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento                                                                                         | <u>(91.052)</u>  | <u>(75.292)</u>  |
| <b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>                                                                                         |                  |                  |
| Credor pela concessão                                                                                                                         | (13.533)         | (12.786)         |
| Títulos e valores mobiliários - vinculados                                                                                                    | 2.092            | 137              |
| Pagamento de arrendamento mercantil e debêntures                                                                                              | (97.638)         | (97.579)         |
| Pagamento de dividendos e juros sobre o capital próprio                                                                                       | (136.911)        | (121.486)        |
| Programa de Recuperação Fiscal - REFIS                                                                                                        | (24)             | (130)            |
| Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento                                                                                        | <u>(246.014)</u> | <u>(231.844)</u> |
| <b>(REDUÇÃO) AUMENTO LÍQUIDO DO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>                                                                    | <u>(15.862)</u>  | <u>4.820</u>     |
| Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício                                                                                          | 31.969           | 27.149           |
| Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício                                                                                             | <u>16.107</u>    | <u>31.969</u>    |
| <b>(REDUÇÃO) AUMENTO LÍQUIDO DO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>                                                                    | <u>(15.862)</u>  | <u>4.820</u>     |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



CONCESSIONÁRIA ECOVIAS DOS IMIGRANTES S.A.

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO  
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E DE 2011  
(Em milhares de reais - R\$)

|                                                    | <u>31/12/12</u>  | <u>31/12/11</u>  |
|----------------------------------------------------|------------------|------------------|
| RECEITAS                                           |                  |                  |
| Com arrecadação de pedágio                         | 779.495          | 690.977          |
| Com construção                                     | 75.956           | 73.342           |
| Outras receitas                                    | 39.122           | 34.884           |
|                                                    | <u>894.573</u>   | <u>799.203</u>   |
| INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS                    |                  |                  |
| Custo dos serviços prestados                       | (233.431)        | (229.709)        |
| Materiais, energia, serviços de terceiros e outros | (45.044)         | (31.643)         |
|                                                    | <u>(278.475)</u> | <u>(261.352)</u> |
| VALOR ADICIONADO BRUTO                             | <u>616.098</u>   | <u>537.851</u>   |
| DEPRECIACÃO E AMORTIZACÃO                          | (70.728)         | (62.487)         |
| VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA COMPANHIA  | <u>545.370</u>   | <u>475.364</u>   |
| VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA         |                  |                  |
| Receitas financeiras                               | 7.846            | 12.019           |
| VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR                | <u>553.216</u>   | <u>487.383</u>   |
| DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO                   | <u>553.216</u>   | <u>487.383</u>   |
| Pessoal                                            | <u>28.904</u>    | <u>27.807</u>    |
| Remuneração direta                                 | 22.128           | 21.730           |
| Benefícios                                         | 5.670            | 5.004            |
| Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS       | 1.106            | 1.073            |
| Impostos, taxas e contribuições                    | <u>196.536</u>   | <u>141.190</u>   |
| Federais                                           | 156.276          | 140.252          |
| Municipais                                         | 40.260           | 938              |
| Remuneração de capitais de terceiros               | <u>61.008</u>    | <u>75.668</u>    |
| Juros                                              | 27.891           | 39.968           |
| Aluguéis                                           | 33.117           | 35.700           |
| Remuneração de capitais próprios                   | <u>266.768</u>   | <u>242.718</u>   |
| Reserva legal                                      | -                | 6.839            |
| Juros sobre o capital próprio pagos                | 20.928           | 21.373           |
| Dividendos intermediários pagos                    | -                | 10.000           |
| Dividendos intermediários propostos                | -                | 195.110          |
| Dividendos mínimos obrigatórios                    | 48.903           | -                |
| Constituição de reserva para dividendos            | 196.937          | 9.396            |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## CONCESSIONÁRIA ECOVIAS DOS IMIGRANTES S.A.

### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E DE 2011 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

---

#### 1. INFORMAÇÕES GERAIS

A Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A. (“Ecovias” ou “Companhia”) iniciou suas atividades em 29 de maio de 1998 e tem como objetivo social exclusivo a exploração, pelo regime de concessão, do sistema rodoviário constituído pelo Sistema Anchieta-Imigrantes, de acordo com os termos de concessão outorgados pelo Governo do Estado de São Paulo. A sede da Companhia fica localizada na Rodovia dos Imigrantes, km 28,5. As ações da Companhia não são negociadas na bolsa de valores.

O Sistema Anchieta-Imigrantes, com extensão total de 176,8 km, é constituído basicamente por: (a) Rodovia Anchieta (SP-150 - entre o km 9,7 e o km 65,6); (b) Rodovia dos Imigrantes (SP-160 - entre o km 11,5 e o km 70,0); (c) Interligação Planalto (SP-041 - em uma extensão de 8 km); (d) Interligação Baixada (SP-059 - em uma extensão de 1,8 km); (e) Rodovia Padre Manoel da Nóbrega (SP-055/170 - entre o km 270,6 e o km 292,2); e (f) Rodovia Cônego Domênico Rangoni (SP-055/248 - entre o km 0 e o km 8,4 e entre o km 248,0 e o km 270,6).

A concessão, pelo prazo inicial de 20 anos, posteriormente postergado por mais 88 meses, mediante a cobrança de pedágios, consiste na manutenção e melhoria dos sistemas de operação, construção da pista descendente da Rodovia dos Imigrantes, recuperação das rodovias existentes, construções de pistas marginais, implantação de sistemas de controle de tráfego e atendimento aos usuários, conservações preventivas, implantação de sistemas eletrônicos de gestão e arrecadação de pedágios. O contrato de concessão possui vigência até setembro de 2025.

#### 2. APRESENTAÇÃO E RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

##### 2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras da Companhia compreendem as práticas contábeis adotadas no Brasil incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos técnicos e as orientações e interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM e as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (“IFRSs”), emitidas pelo “International Accounting Standards Board - IASB”.

##### 2.2. Base de elaboração

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto se informado de outra forma, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

### 2.3. Moeda funcional e de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras da Companhia são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua (“moeda funcional”). As demonstrações financeiras são apresentadas em reais, a moeda funcional da Companhia.

### 2.4. Caixa e equivalentes de caixa

Incluem caixa, contas bancárias e aplicações financeiras com liquidez imediata e com baixo risco de variação no valor, sendo demonstrados pelo custo, acrescido dos juros auferidos. O caixa e equivalentes de caixa são classificados como empréstimos e recebíveis, e seus rendimentos são registrados no resultado do exercício.

### 2.5. Ativos e passivos financeiros

#### a) Ativos financeiros

Os ativos financeiros são classificados nas seguintes categorias: (i) pelo valor justo através do resultado; (ii) mantidos até o vencimento; (iii) empréstimos e recebíveis; e (iv) disponíveis para venda. A classificação depende da natureza e do propósito dos ativos financeiros e é determinada no reconhecimento inicial.

#### Ativos financeiros pelo valor justo por meio do resultado

Ativos financeiros são mensurados ao valor justo pelo resultado quando são mantidos para negociação ou, no momento do reconhecimento inicial, são designados pelo valor justo através do resultado. Um ativo financeiro é classificado como mantido para negociação quando:

- É adquirido principalmente para o propósito de venda em prazo muito curto.
- É parte de uma carteira identificada de instrumentos financeiros que a Companhia administra em conjunto e que tenha um padrão recente real de lucros no curto prazo.
- É um derivativo que não é designado e efetivo como instrumento de “hedge” em uma contabilização de “hedge”.

Um ativo financeiro que não seja mantido para negociação pode ser designado ao valor justo através do resultado no reconhecimento inicial quando:

- Essa designação elimina ou reduz significativamente uma inconsistência surgida em sua mensuração ou seu reconhecimento.
- For parte de um grupo administrado de ativos ou passivos financeiros ou ambos, seu desempenho for avaliado com base no valor justo de acordo com a gestão dos riscos ou a estratégia de investimento documentada pela Companhia, e as respectivas informações forem fornecidas internamente com a mesma base.

- For parte de um contrato contendo um ou mais derivativos embutidos e o pronunciamento técnico CPC 38 e a norma IAS 39 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração permitirem que o contrato combinado como um todo (ativo ou passivo) seja designado ao valor justo por meio do resultado.

Ativos financeiros pelo valor justo através do resultado são avaliados ao valor justo, com ganhos ou perdas reconhecidos no resultado do exercício. Ganhos ou perdas líquidos reconhecidos no resultado incorporam os dividendos ou juros auferidos pelo ativo financeiro.

#### Ativos financeiros mantidos até o vencimento

Ativos financeiros com pagamentos fixos ou determináveis e datas de vencimento fixas e que a Companhia tenha a intenção e habilidade de manter até o vencimento são classificados nessa categoria. Ativos financeiros mantidos até o vencimento são mensurados pelo custo amortizado utilizando-se o método da taxa efetiva de juros, deduzido de provisão para perdas do valor recuperável (“impairment”). A receita com juros é reconhecida aplicando-se o método da taxa efetiva de juros.

#### Empréstimos e recebíveis

São ativos financeiros que têm pagamentos fixos ou determináveis e não são cotados em um mercado ativo, sendo mensurados pelo custo amortizado utilizando-se o método da taxa efetiva de juros, deduzido de provisão para perdas do valor recuperável (“impairment”). A receita com juros é reconhecida aplicando-se o método da taxa efetiva de juros, exceto para os recebíveis de curto prazo, quando o reconhecimento dos juros for imaterial.

#### Ativos financeiros disponíveis para venda

São aqueles que não são derivativos e são designados como disponíveis para venda ou não são classificados nas categorias apresentadas anteriormente.

Os ativos financeiros disponíveis para venda são mensurados pelo seu valor justo. Os juros, a correção monetária e a variação cambial, quando aplicável, são reconhecidos no resultado, quando incorridos. As variações decorrentes da avaliação ao valor justo são reconhecidas em rubrica específica do patrimônio líquido quando incorridas, sendo baixadas para o resultado do exercício no momento em que são realizadas em caixa ou consideradas não recuperáveis.

#### Método da taxa efetiva de juros

É um método de calcular o custo amortizado de um ativo ou passivo financeiro e alocar a receita ou despesa dos juros durante o exercício. A taxa efetiva de juros é aquela que desconta exatamente os recebimentos ou pagamentos futuros estimados de caixa (incluindo todas as taxas pagas ou recebidas que formam parte integral da taxa efetiva de juros, custos de transação e outros prêmios ou descontos) através da vida esperada do ativo financeiro ou, quando apropriado, por um período menor.

b) Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados: (i) pelo valor justo através do resultado; ou (ii) como outros passivos financeiros.

Passivos financeiros pelo valor justo através do resultado

São classificados nessa categoria os passivos financeiros mantidos para negociação ou quando mensurados pelo valor justo através do resultado.

Um passivo financeiro é classificado como mantido para negociação quando:

- For incorrido principalmente com o propósito de recompra em futuro próximo.
- For parte de uma carteira identificada de instrumentos financeiros que a Companhia administra em conjunto e que tenha um padrão realizado de lucros no curto prazo.
- For um derivativo que não esteja designado como um instrumento de “hedge” efetivo.

Passivos financeiros que não sejam classificados como mantidos para negociação podem ser designados como valor justo através do resultado no reconhecimento inicial quando:

- Tal designação elimina ou reduz significativamente uma inconsistência na mensuração ou no reconhecimento que poderia surgir.
- Compuserem parte de um grupo de ativos ou passivos financeiros ou de ambos, o qual seja administrado e cuja performance seja avaliada com base em seu valor justo, de acordo com a administração de risco documentada ou a estratégia de investimento da Companhia, e as informações sobre esse grupo forem fornecidas nessa base internamente.
- Forem parte de um contrato contendo um ou mais derivativos embutidos e o pronunciamento técnico CPC 38 e a norma IAS 39 permitirem que o contrato combinado como um todo (ativo ou passivo) seja designado ao valor justo através do resultado.

Passivos financeiros pelo valor justo através do resultado são demonstrados ao valor justo, com ganhos ou perdas reconhecidos no resultado. Os ganhos ou as perdas líquidos reconhecidos no resultado incorporam quaisquer juros pagos no passivo financeiro.

Outros passivos financeiros

São inicialmente mensurados ao valor justo, líquido dos custos da transação, e, subsequentemente, mensurados pelo custo amortizado usando-se o método da taxa efetiva de juros, sendo as despesas com juros reconhecidas com base no rendimento. O método da taxa efetiva de juros é um método que calcula o custo amortizado de um passivo e aloca as despesas com juros durante o período relevante. A taxa efetiva de juros é aquela que desconta exatamente os pagamentos estimados futuros de caixa através da vida esperada do passivo financeiro ou, quando aplicável, por um período menor.

## 2.6. Imobilizado

Os terrenos não são depreciados. As edificações, os móveis e utensílios, as máquinas e os equipamentos estão demonstrados ao valor de custo, deduzido de depreciação e perda por redução ao valor recuperável acumuladas, quando aplicável.

A depreciação é reconhecida pelo método linear pelo menor prazo entre a vida útil estimada de cada ativo e o prazo da concessão. A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados anualmente na data do balanço patrimonial e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item do imobilizado são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil do ativo e são reconhecidos no resultado.

## 2.7. Ativos intangíveis

A Companhia reconhece um ativo intangível resultante de um contrato de concessão de serviços quando ele tem um direito de cobrar pelo uso da infraestrutura da concessão. Um ativo intangível recebido como remuneração pela prestação de serviços de construção ou melhorias em um contrato de concessão de serviços é mensurado pelo valor justo mediante o reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, o ativo intangível é mensurado pelo custo, o qual inclui os custos de empréstimo capitalizados, deduzidos da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável.

A amortização dos ativos intangíveis oriundos dos direitos de concessão é reconhecida no resultado através da projeção de curva de tráfego estimada para o período de concessão a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que mais reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

Os sistemas de software são registrados ao custo de aquisição, sendo a amortização registrada pelo prazo de até cinco anos de forma linear.

## 2.8. Provisão para recuperação de ativos de vida longa com prazos determinados

A Administração revisa o valor contábil dos ativos de vida longa, principalmente o imobilizado e intangíveis de vida útil definida (substancialmente representados pelos ativos intangíveis oriundos dos contratos de concessão) a serem mantidos e utilizados nas operações da Companhia, com o objetivo de determinar e avaliar sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil de um ativo ou grupo de ativos não poderá ser recuperado.

São realizadas análises para identificar as circunstâncias que possam exigir a avaliação da recuperação dos ativos de vida longa e medir a taxa potencial de deterioração. Os ativos são agrupados e avaliados segundo a possível deterioração, com base nos fluxos futuros de caixa projetados descontados do negócio durante a vida remanescente estimada dos ativos, conforme o surgimento de novos acontecimentos ou novas circunstâncias. Nesse caso, uma perda seria reconhecida com base no montante pelo qual o valor contábil excede o valor provável de recuperação de um ativo de vida longa.

## 2.9. Passivos financeiros

### Outros passivos financeiros

Os passivos financeiros da Companhia são substancialmente representados por fornecedores, arrendamento mercantil financeiro, debêntures e credor pela concessão (vide notas explicativas nº 13, nº 14 e nº 18). Estão demonstrados pelos valores de contratação, acrescidos dos encargos pactuados, que incluem juros e atualização monetária ou cambial incorridos. Quando aplicável, serão demonstrados pelo valor justo, líquido dos custos de transação incorridos, e são subsequentemente mensurados ao custo amortizado usando o método da taxa de juros efetiva.

São classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

## 2.10. Custos de empréstimos

Os custos de empréstimos atribuíveis diretamente à aquisição, construção ou produção de ativos qualificáveis, os quais levam, necessariamente, um período de tempo substancial para ficarem prontos para uso ou venda pretendida, são acrescentados ao custo de tais ativos até a data em que estejam prontos para o uso ou a venda pretendida.

Os ganhos sobre investimentos decorrentes da aplicação temporária dos recursos obtidos com empréstimos específicos, ainda não gastos com o ativo qualificável, são deduzidos dos custos com empréstimos elegíveis para capitalização.

Todos os outros custos com empréstimos são reconhecidos no resultado do exercício em que são incorridos.

## 2.11. Tributação

### a) Tributos correntes

A provisão para imposto de renda está baseada no lucro tributável do exercício. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. A provisão para imposto de renda é calculada com base nas alíquotas vigentes no fim do exercício.

### b) Tributos diferidos

O imposto de renda diferido (“tributo diferido”) é reconhecido sobre as diferenças temporais no fim de cada exercício entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais, quando aplicável. Os impostos diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporais tributáveis e os impostos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporais dedutíveis, apenas quando for provável que a Companhia apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporais dedutíveis possam ser utilizadas. Os impostos diferidos ativos ou passivos não são reconhecidos sobre diferenças temporais resultantes de outros ativos e passivos em uma transação que não afete o lucro tributável nem o lucro contábil.

A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no fim de cada exercício e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no exercício no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no fim de cada exercício, ou quando uma nova legislação tiver sido substancialmente aprovada. A mensuração dos impostos diferidos ativos e passivos reflete as consequências fiscais que resultariam da forma na qual a Companhia espera, no fim de cada exercício, recuperar ou liquidar o valor contábil desses ativos e passivos.

- c) As receitas com arrecadação de pedágio e outras estão sujeitas ao Imposto Sobre Serviços - ISS, ao Programa de Integração Social - PIS e à Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - Cofins cumulativos, que são apresentados como dedução da receita operacional bruta nas demonstrações do resultado.

## 2.12. Provisões

- a) Provisão para perdas tributárias, trabalhistas e cíveis

São reconhecidas para obrigações presentes (legal ou construtiva) resultantes de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável.

O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no fim de cada exercício, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando a provisão é mensurada com base nos fluxos de caixa estimados para liquidar a obrigação, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa.

Quando alguns ou todos os benefícios econômicos requeridos para a liquidação de uma provisão são esperados que sejam recuperados de um terceiro, um ativo é reconhecido se, e somente se, o reembolso for virtualmente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável.

Os fundamentos e a natureza das provisões para perdas tributárias, trabalhistas e cíveis estão descritos na nota explicativa nº 19.

- b) Provisão para créditos de liquidação duvidosa

A parcela significativa do contas a receber refere-se à parte relacionada Serviços de Tecnologia de Pagamentos S.A. - STP, controlada em conjunto da EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A. ("EcoRodovias Infraestrutura"), que presta serviços de administração à gestão dos meios de pagamentos "Sem Parar". A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída, se necessário, com base em estimativas de perdas.



c) Provisão para manutenção referente aos contratos de concessão

A contabilização da provisão para manutenção, reparo e substituições nas rodovias é calculada com base na melhor estimativa de gasto para liquidar a obrigação presente nas datas dos balanços, em contrapartida ao custo do período para manutenção ou recomposição da infraestrutura a um nível especificado de operacionalidade. O passivo, a valor presente, deve ser progressivamente registrado e acumulado para fazer face aos pagamentos a serem feitos durante a execução das manutenções.

2.13. Demais passivos circulante e não circulante

Demonstrados pelos valores nominais conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias e/ou cambiais incorridos até as datas dos balanços.

2.14. Benefícios a empregados - plano de opção com base em ações

A Companhia oferece a seus empregados plano de opção com base em ações e recebe os serviços como contraprestações. O plano de opção será liquidado com as ações da controladora indireta EcoRodovias Infraestrutura.

O plano de opção com base em ações para empregados é mensurado pelo valor justo dos instrumentos de patrimônio na data da outorga. Vide nota explicativa nº 20.d).

O valor justo das opções concedidas determinado na data da outorga é registrado pelo método linear como despesa no resultado do exercício durante o prazo no qual o direito é adquirido, com base em estimativas da Companhia sobre quais opções concedidas serão eventualmente adquiridas, com correspondente aumento do patrimônio. No fim de cada exercício de relatório, a Companhia revisa suas estimativas sobre a quantidade de instrumentos de patrimônio que será adquirida. O impacto da revisão em relação às estimativas originais, se houver, é reconhecido no resultado do exercício, de tal forma que a despesa acumulada reflita as estimativas revisadas com o correspondente ajuste ao patrimônio líquido na rubrica “Reserva de capital - plano de opção com base de ações”, que registrou o benefício aos empregados.

2.15. Reconhecimento da receita

A receita é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de cancelamentos. O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência, destacando-se:

- As receitas de pedágio são reconhecidas quando da passagem dos usuários pela praça de pedágio.
- As receitas decorrentes de vendas antecipadas de cupons de pedágio são contabilizadas como “Receitas antecipadas”, no passivo circulante, na rubrica “Outras contas a pagar”, sendo apropriadas como receitas ao resultado do exercício à medida que os usuários passam pela praça de pedágio.

- A receita relacionada aos serviços de construção ou melhoria sob o contrato de concessão de serviços é reconhecida baseada no estágio de conclusão da obra realizada. As receitas de operação e serviço são reconhecidas no exercício no qual os serviços são prestados pela Companhia. Quando a Companhia presta mais de um serviço em um contrato de concessão de serviços, a remuneração recebida é alocada por referência aos valores justos relativos dos serviços entregues.

#### 2.16. Receitas e despesas financeiras

Representam juros e variações monetárias e cambiais decorrentes de aplicações financeiras, depósitos judiciais, debêntures, credor pela concessão e provisão para manutenção.

#### 2.17. Dividendos e juros sobre o capital próprio

A proposta de distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio efetuada pela Administração da Companhia que estiver dentro da parcela equivalente ao dividendo mínimo obrigatório é registrada como passivo na rubrica “Dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar” por ser considerada como uma obrigação legal prevista no estatuto social da Companhia.

Para fins societários e contábeis, os juros sobre o capital próprio estão demonstrados como destinação do resultado diretamente no patrimônio líquido.

#### 2.18. Lucro básico e diluído por ação

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia pela quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas durante o exercício.

O lucro por ação diluído é calculado ajustando-se a média ponderada da quantidade de ações ordinárias em circulação.

#### 2.19. Demonstração do valor adicionado

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período e é apresentada pela Companhia, conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas demonstrações financeiras individuais e como informação suplementar às demonstrações financeiras consolidadas, pois não é uma demonstração prevista nem obrigatória, conforme as IFRSs.

A demonstração do valor adicionado foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações financeiras e seguindo as disposições contidas no pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em sua primeira parte apresenta a riqueza criada pela Companhia, representada pelas receitas (receita bruta das vendas, incluindo os tributos incidentes sobre ela, as outras receitas e os efeitos da provisão para créditos de liquidação duvidosa), pelos insumos adquiridos de terceiros (custo das vendas e aquisições de materiais, energia e serviços de terceiros, incluindo os tributos incluídos no momento da aquisição, os efeitos das perdas e recuperação de valores ativos, e a depreciação e amortização) e pelo valor adicionado recebido de terceiros (receitas financeiras e outras receitas). A segunda parte da demonstração do valor adicionado apresenta a distribuição da riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios.

## 2.20. Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas e ainda não adotadas

A Companhia não adotou as IFRSs novas e revisadas a seguir, já emitidas e ainda não adotadas:

Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2013:

- IFRS 10 - Demonstrações Financeiras Consolidadas - de acordo com a IFRS 10, existe somente uma base de consolidação, ou seja, o controle. Adicionalmente, a IFRS 10 inclui uma nova definição de controle.
- IFRS 11 - Negócios em Conjunto - aborda como um acordo de participação em que duas ou mais partes têm controle conjunto deve ser apresentado.
- IFRS 12 - Divulgações de Participações em Outras Entidades - é uma norma de divulgação aplicável a entidades que possuem participações em controladas, acordos de participação, coligadas e/ou entidades estruturadas não consolidadas.
- IFRS 13 - Mensuração do Valor Justo - apresenta uma fonte única de orientação para as mensurações do valor justo e divulgações acerca das mensurações do valor justo.
- Modificações à IFRS 7 - Divulgação - Compensação de Ativos Financeiros e Passivos Financeiros - aumentam as exigências de divulgação das transações envolvendo ativos financeiros.
- Modificações à IFRS 10, IFRS 11 e IFRS 12 - foram emitidas para esclarecer certas regras de transição na aplicação dessas IFRSs pela primeira vez.
- IAS 19 (revisada em 2011) - Benefícios a Empregados - altera a contabilização dos planos de benefícios definidos e dos benefícios de rescisão.
- IAS 27 (revisada em 2011) - Demonstrações Financeiras Separadas - reflete as modificações na contabilização de participação não controladora (minoritária) e trata, principalmente, da contabilização de modificações de participações societárias em subsidiárias feitas posteriormente à obtenção do controle.
- IAS 28 (revisada em 2011) - Investimentos em Coligadas e “Joint Ventures” - as alterações tiveram como objetivo esclarecer procedimentos na aplicação dos testes de “impairment” em coligadas e “joint ventures”.
- Modificações às IFRSs - as melhorias anuais ao ciclo de IFRSs 2009 - 2011 incluem várias alterações a diversas IFRSs. As alterações às IFRSs são aplicáveis a períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2013 e incluem:
  - a) Alterações à IAS 16 - Imobilizado - as alterações à IAS 16 esclarecem que as peças de substituição, os equipamentos-reserva e os equipamentos de serviço devem ser classificados como imobilizado, conforme estejam de acordo com a definição de imobilizado da IAS 16, e, de outra forma, como estoque.
  - b) Alterações à IAS 32 - Instrumentos Financeiros - Apresentação - esclarecem que o imposto de renda relacionado às distribuições dos titulares de instrumentos patrimoniais e aos custos das transações patrimoniais deve ser contabilizado de acordo com a IAS 12 - Impostos sobre o Lucro.

Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2014:

- Modificações à IAS 32 - Compensação de Ativos e Passivos Financeiros - tratam da classificação de certos direitos denominados em moeda estrangeira, como instrumentos patrimoniais ou passivos financeiros.

Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2015:

- IFRS 9 - Instrumentos Financeiros - introduz novas exigências para a classificação, mensuração e baixa de ativos e passivos financeiros.

A Administração da Companhia avaliou essas novas normas e interpretações e não espera efeitos significativos sobre os valores reportados.

- Em decorrência do compromisso do CPC de manter atualizado o conjunto de normas emitidas com base nas atualizações e modificações feitas pelo IASB, é esperado que essas alterações e modificações sejam editadas pelo CPC até a data de sua aplicação obrigatória.

Até o momento, os seguintes pronunciamentos já foram editados pelo CPC:

|             |                                                                         |
|-------------|-------------------------------------------------------------------------|
| CPC 19 (R2) | Negócios em Conjunto (equivalente à IFRS 11)                            |
| CPC 33 (R1) | Benefícios a Empregados (equivalente à IAS 19 revisada)                 |
| CPC 36 (R3) | Demonstrações Consolidadas (equivalente à IFRS 10)                      |
| CPC 45      | Divulgação de Participações em Outras Entidades (equivalente à IFRS 12) |
| CPC 46      | Mensuração do Valor Justo (equivalente à IFRS 13)                       |

### 3. USO DE ESTIMATIVAS E JULGAMENTO

A preparação das demonstrações financeiras, de acordo com as IFRSs e as normas do CPC, determina que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de práticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas.

As informações sobre incertezas sobre premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício estão relacionadas, principalmente, aos seguintes aspectos: determinação de taxas de desconto a valor presente utilizadas na mensuração de certos ativos e passivos circulante e não circulante, determinação das taxas de amortização de ativos intangíveis obtidas através de estudos econômicos de projeção de tráfego, determinação de provisões para manutenção, determinação de provisões para investimentos futuros oriundos dos contratos de concessão cujos benefícios econômicos estejam diluídos nas tarifas de pedágio presentes, provisões para perdas tributárias, trabalhistas e cíveis, perdas relacionadas a contas a receber e elaboração de projeções para realização de imposto de renda e contribuição social diferidos, as quais, apesar de refletirem o julgamento da melhor estimativa possível por parte da Administração da Companhia, relacionadas à probabilidade de eventos futuros, podem eventualmente apresentar variações em relação aos dados e valores reais.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

### Contabilização de contratos de concessão

Na contabilização dos contratos de concessão a Companhia efetua análises que envolvem o julgamento da Administração, substancialmente no que diz respeito à aplicabilidade da interpretação de contratos de concessão, determinação e classificação dos gastos de melhoria e construção como ativo intangível ou ativo financeiro, e avaliação dos benefícios econômicos futuros para fins de determinação do momento de reconhecimento dos ativos intangíveis gerados nos contratos de concessão. O tratamento contábil aplicado ao contrato de concessão da Companhia e a suas características está descrito na nota explicativa nº 30.

### Momento de reconhecimento dos ativos intangíveis

A Administração da Companhia avalia o momento de reconhecimento dos ativos intangíveis com base nas características econômicas de cada contrato de concessão. A contabilização de adições subsequentes ao ativo intangível somente ocorrerá quando da prestação de serviço de construção relacionado com ampliação/melhoria da infraestrutura que represente potencial de geração de receita adicional. Para esses casos, a obrigação da construção não é reconhecida na assinatura do contrato, mas o será no momento da construção, em contrapartida ao ativo intangível.

### Determinação da carga de amortização anual dos ativos intangíveis oriundos dos contratos de concessão

A Companhia reconhece o efeito de amortização dos ativos intangíveis decorrentes dos contratos de concessão limitado ao prazo final das respectivas concessões. O cálculo é efetuado de acordo com o padrão de consumo do benefício econômico por ele gerado, que normalmente se dá em virtude da curva de tráfego. Assim, a taxa de amortização é determinada através de estudos econômicos que buscam refletir o crescimento projetado de tráfego das rodovias e geração dos benefícios econômicos futuros oriundos de cada contrato de concessão.

A Companhia utiliza modelos econométricos para projeção de tráfego, que são periodicamente reavaliados analisando variáveis independentes para projeção, tais como variáveis macroeconômicas (Produto Interno Bruto - PIB, Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, Índice Geral de Preços de Mercado - IGP-M, dólar, exportação e importação, índices de combustíveis, índices de confiança do consumidor, Índice de Preços ao Consumidor - IPC), setoriais (produção e venda de automóveis e veículos comerciais, PIB agrícola, PIB industrial, PIB serviços, índice ABCR), “commodities” (açúcar, soja em grão e em farelo, preço de petróleo WTI e Brent, movimentação de cargas de milho, complexo soja e fertilizantes no Porto de Paranaguá), clima (pluviometria e temperatura), sazonalidade (meses do ano, quantidade de feriados no mês, dia da semana do feriado) e variáveis estruturais (novas pistas e novas praças de pedágio). A Companhia utiliza modelos para estudo e projeção do tráfego nas rodovias sob sua concessão; nessas projeções não é considerado o potencial aumento de tráfego decorrente da realização de obras futuras.

### Determinação das receitas de construção

Quando a concessionária presta serviços de construção, ela deve reconhecer a receita de construção pelo valor justo e os respectivos custos transformados em despesas relativas ao serviço de construção prestado. Na contabilização das margens de construção a Administração da Companhia avalia questões relacionadas à responsabilidade primária pela prestação de serviços de construção, mesmo nos casos em que haja a terceirização dos serviços, custos de gerenciamento e/ou acompanhamento da obra, para alguma parte relacionada que efetua os serviços de construção. Todas as premissas descritas são utilizadas para fins de determinação do valor justo das atividades de construção.

A Administração da Companhia entende que as receitas de construção estão registradas ao valor justo.

#### Determinação do ajuste a valor presente de determinados ativos e passivos

Para determinados ativos e passivos que fazem parte das operações da Companhia, a Administração avalia e reconhece na contabilidade os efeitos de ajuste a valor presente levando-se em consideração o valor do dinheiro no tempo e as incertezas a eles associadas. Em 31 de dezembro de 2012 e de 2011, os ativos e passivos sujeitos ao ajuste a valor presente, assim como as principais premissas utilizadas pela Administração para sua mensuração e reconhecimento, são como segue:

- Provisão para obras futuras decorrentes dos gastos estimados para cumprir com as obrigações contratuais da concessão cujos benefícios econômicos já estão sendo auferidos pela Companhia e a provisão para manutenção decorrente dos custos estimados para cumprir com as obrigações contratuais da concessão relacionados à utilização e manutenção das rodovias em níveis preestabelecidos de utilização.

A mensuração dos valores presentes dessas provisões foi calculada através do método de projeção de fluxos de caixa nas datas em que se estima a saída de recursos para fazer frente às respectivas obrigações (estimados para todo o período de concessão) e descontada através da aplicação da taxa de desconto, de 9,30% ao ano. A determinação da taxa de desconto utilizada pela Administração está baseada na média ponderada das captações.

- Credor pela concessão: decorrente das obrigações incorridas pela Companhia relacionadas ao direito de outorga. A mensuração e os critérios dos respectivos valores estão detalhados na nota explicativa nº 18.

#### Análise de recuperação de ativos de vida útil determinada

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Companhia analisa se existem evidências de que o valor contábil de um ativo não será recuperado. Caso sejam identificadas tais evidências, a Companhia estima o valor recuperável do ativo. O valor recuperável de um ativo é o maior valor entre: (a) seu valor justo menos custos que seriam incorridos para vendê-lo; e (b) seu valor de uso. O valor de uso é equivalente aos fluxos de caixa descontados (antes dos impostos) derivados do uso contínuo do ativo até o final da sua vida útil. Quando o valor residual contábil do ativo exceder seu valor recuperável, a Companhia reconhece uma redução do saldo contábil desse ativo (“impairment” ou deterioração). Para os ativos registrados pelo custo, a redução ao valor recuperável é registrada ao resultado do exercício. Se não for determinado o valor recuperável de um ativo individualmente, é realizada a análise do valor recuperável da unidade geradora de caixa à qual o ativo pertence. A Companhia não identificou indícios quanto à perda de recuperabilidade do valor de seus ativos em 31 de dezembro de 2012 e de 2011.

#### 4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

|                                             | <u>31/12/2012</u> | <u>31/12/2011</u> |
|---------------------------------------------|-------------------|-------------------|
| Caixa e bancos                              | 12.985            | 10.165            |
| Aplicações financeiras-                     |                   |                   |
| Certificados de Depósito Bancário - CDB (*) | <u>3.122</u>      | <u>21.804</u>     |
|                                             | <u>16.107</u>     | <u>31.969</u>     |

(\*) Os recursos não vinculados referem-se substancialmente a aplicações financeiras em CDB, remunerados a taxas que variam entre 100,0% e 102,3% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI, sem o risco de mudança significativa do valor. Os prazos de resgate variam entre um e três meses e possuem liquidez imediata, e a Companhia possui o direito de resgate imediato. A Companhia possui ainda aplicação financeira no Banco Itaú Unibanco S.A., na qual os recursos disponíveis no fim do mês são automaticamente aplicados e remunerados à taxa de 20,0% do CDI, sem o risco de mudança significativa do valor. A referida aplicação possui liquidez imediata. Em 31 de dezembro de 2012, o valor aplicado nessa modalidade é de R\$817 (R\$4.084 em 31 de dezembro de 2011).

#### 5. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS - VINCULADOS

Os títulos e valores mobiliários - vinculados são investimentos temporários no circulante, representados por títulos de alta liquidez.

|     | <u>31/12/2012</u> | <u>31/12/2011</u> |
|-----|-------------------|-------------------|
| CDB | <u>28.498</u>     | <u>30.106</u>     |

Os CDBs são remunerados a taxas que variam entre 98,0% e 106,6% do CDI e refletem as condições de mercado nas datas dos balanços. Embora as aplicações possuam liquidez imediata, foram classificadas como títulos e valores mobiliários - vinculados por estarem vinculadas ao processo de liquidação de remuneração das debêntures da Companhia como garantia de recursos para pagamento de juros e principal (vide nota explicativa nº 14).

#### 6. CLIENTES

Representados por faturas a receber de clientes pela locação de painéis publicitários, ocupação de faixa de domínio, acessos e outros serviços decorrentes da utilização e exploração da faixa de domínio das rodovias.

A composição está assim representada:

|                                              | <u>31/12/2012</u> | <u>31/12/2011</u> |
|----------------------------------------------|-------------------|-------------------|
| Pedágio eletrônico - partes relacionadas (*) | 43.663            | 37.563            |
| Pedágio eletrônico - outros                  | 9.227             | 2.039             |
| Cupons de pedágio                            | 1.222             | 1.142             |
| Receitas acessórias                          | <u>1.779</u>      | <u>3.182</u>      |
|                                              | <u>55.891</u>     | <u>43.926</u>     |

(\*) A parte relacionada Serviços de Tecnologia de Pagamentos S.A. - STP, controlada em conjunto da EcoRodovias Infraestrutura, presta serviços de administração à gestão dos meios de pagamentos “Sem Parar”. Vide nota explicativa nº 15. Em 31 de dezembro de 2012, a Administração, com base na sua avaliação do risco de crédito e no histórico de recebimento dos clientes, entende que não se faz necessária a constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa sobre o saldo de clientes.

O “aging list” das contas a receber está assim representado:

|                 | <u>31/12/2012</u> | <u>31/12/2011</u> |
|-----------------|-------------------|-------------------|
| A vencer        | 55.891            | 43.917            |
| Vencidos:       |                   |                   |
| Até 30 dias     | -                 | 14                |
| De 31 a 60 dias | -                 | 15                |
|                 | <u>55.891</u>     | <u>43.946</u>     |

## 7. DESPESAS ANTECIPADAS

O saldo de R\$1.746 (R\$1.633 em 31 de dezembro de 2011) refere-se, substancialmente, a prêmios de seguros a apropriar, classificado no ativo circulante. Vide nota explicativa nº 29.

## 8. DEPÓSITOS JUDICIAIS

Os depósitos judiciais, que representam ativos restritos da Companhia, correspondem a quantias depositadas e mantidas em juízo até a solução dos litígios aos quais estão relacionadas.

|                       | <u>31/12/2012</u> | <u>31/12/2011</u> |
|-----------------------|-------------------|-------------------|
| Saldo inicial         | 5.476             | 3.041             |
| Adições               | 1.878             | 3.487             |
| Baixas                | (776)             | (2.236)           |
| Atualização monetária | 914               | 1.184             |
| Saldo final           | <u>7.492</u>      | <u>5.476</u>      |

## 9. IMOBILIZADO

|                                        | <u>Hardware e equipamentos de pedagógico</u> | <u>Máquinas e equipamentos</u> | <u>Móveis e utensílios</u> | <u>Terrenos</u> | <u>Edificações</u> | <u>Outros</u> | <u>Total imobilizado</u> |
|----------------------------------------|----------------------------------------------|--------------------------------|----------------------------|-----------------|--------------------|---------------|--------------------------|
| Saldos em 31 de dezembro de 2010       | 14.628                                       | 4.097                          | 2.389                      | 3.304           | 2.286              | 3.646         | 30.350                   |
| Adições                                | 5.556                                        | 1.361                          | 202                        | -               | 28                 | 1.233         | 8.380                    |
| Baixas                                 | -                                            | -                              | -                          | -               | -                  | (474)         | (474)                    |
| Depreciações                           | <u>(4.507)</u>                               | <u>(1.026)</u>                 | <u>(332)</u>               | <u>-</u>        | <u>(196)</u>       | <u>(694)</u>  | <u>(6.755)</u>           |
| Saldos em 31 de dezembro de 2011       | <u>15.677</u>                                | <u>4.432</u>                   | <u>2.259</u>               | <u>3.304</u>    | <u>2.118</u>       | <u>3.711</u>  | <u>31.501</u>            |
| Taxas médias anuais de depreciação - % | 20,0                                         | 10,0                           | 10,0                       | -               | 5,0                | 17,0          |                          |



|                                        | Hardware e equipamentos de pedágio | Máquinas e equipamentos | Móveis e utensílios | Terrenos     | Edificações  | Outros       | Total imobilizado |
|----------------------------------------|------------------------------------|-------------------------|---------------------|--------------|--------------|--------------|-------------------|
| Saldos em 31 de dezembro de 2011       | 15.677                             | 4.432                   | 2.259               | 3.304        | 2.118        | 3.711        | 31.501            |
| Adições                                | 5.965                              | 2.152                   | 256                 | -            | 110          | 6.745        | 15.228            |
| Baixas                                 | -                                  | -                       | -                   | -            | -            | (601)        | (601)             |
| Transferências                         | 356                                | (178)                   | 118                 | -            | -            | (296)        | -                 |
| Depreciações                           | <u>(7.562)</u>                     | <u>(1.137)</u>          | <u>(333)</u>        | <u>-</u>     | <u>(204)</u> | <u>(738)</u> | <u>(9.974)</u>    |
| Saldos em 31 de dezembro de 2012       | <u>14.436</u>                      | <u>5.269</u>            | <u>2.300</u>        | <u>3.304</u> | <u>2.024</u> | <u>8.821</u> | <u>36.154</u>     |
| Taxas médias anuais de depreciação - % | 20,0                               | 10,0                    | 10,0                | -            | 5,0          | 17,0         |                   |

Em 31 de dezembro de 2012, não havia bens do ativo imobilizado vinculados como garantia de debêntures e arrendamento mercantil financeiro (vide notas explicativas nº 13 e nº 14) ou de processos de qualquer natureza.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2012, foram capitalizados encargos financeiros de R\$470 (R\$301 em 31 de dezembro de 2011), considerando a taxa média de captação de 9,30% (9,62% em 2011).

A Administração da Companhia efetua análise periódica do prazo de vida útil-econômica remanescente dos bens do ativo imobilizado e não foram identificadas diferenças significativas na vida útil-econômica dos bens que integram o ativo imobilizado da Companhia.

## 10. INTANGÍVEL

|                                        | Contratos de concessão | Intangível em andamento | Software de terceiros | Intangível      |
|----------------------------------------|------------------------|-------------------------|-----------------------|-----------------|
| Saldos em 31 de dezembro de 2010       | 954.703                | 440                     | 687                   | 955.830         |
| Adições                                | 64.741                 | 2.024                   | 147                   | 66.912          |
| Transferências                         | 1.723                  | (1.723)                 | -                     | -               |
| Amortizações                           | <u>(55.523)</u>        | <u>-</u>                | <u>(209)</u>          | <u>(55.732)</u> |
| Saldos em 31 de dezembro de 2011       | <u>965.644</u>         | <u>741</u>              | <u>625</u>            | <u>967.010</u>  |
| Taxas médias anuais de amortização - % |                        | (*)                     | -                     | 20,0            |

|                                        | Contratos de concessão | Intangível em andamento | Software de terceiros | Intangível      |
|----------------------------------------|------------------------|-------------------------|-----------------------|-----------------|
| Saldos em 31 de dezembro de 2011       | 965.644                | 741                     | 625                   | 967.010         |
| Adições                                | 68.348                 | 5.972                   | 1.504                 | 75.824          |
| Baixas                                 | (820)                  | -                       | -                     | (820)           |
| Transferências                         | (14.138)               | 14.138                  | -                     | -               |
| Amortizações                           | <u>(60.513)</u>        | <u>-</u>                | <u>(241)</u>          | <u>(60.754)</u> |
| Saldos em 31 de dezembro de 2012       | <u>958.521</u>         | <u>20.851</u>           | <u>1.888</u>          | <u>981.260</u>  |
| Taxas médias anuais de amortização - % |                        | (*)                     | -                     | 20,0            |

(\*) A amortização dos ativos intangíveis oriundos dos direitos de concessão é reconhecida no resultado através da projeção de curva de tráfego estimada para o período de concessão a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, pois esse método é o que mais reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. A taxa de amortização em 31 de dezembro de 2012 é de 5,49% ao ano (5,26% ao ano em 31 de dezembro de 2011).

Os itens referentes ao contrato de concessão compreendem basicamente a infraestrutura rodoviária, o direito de outorga e outros.

## 11. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO

### a) Tributos diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporais entre a base fiscal de ativos e passivos e seu valor contábil.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos foram constituídos considerando a alíquota de 34% (imposto de renda e contribuição social) vigente e têm a seguinte composição:

|                                                         | <u>31/12/2012</u> | <u>31/12/2011</u> |
|---------------------------------------------------------|-------------------|-------------------|
| Provisão para perdas tributárias, trabalhistas e cíveis | 17.946            | 19.597            |
| Juros capitalizados                                     | (3.060)           | (3.277)           |
| Ajuste a valor presente sobre o credor pela concessão   | (3.500)           | (5.444)           |
| Efeitos da interpretação técnica ICPC 01 - Contratos de |                   |                   |
| Concessão                                               | (16.738)          | 3.082             |
| Outros                                                  | <u>59</u>         | <u>177</u>        |
|                                                         | (5.293)           | 11.306            |
|                                                         | <u>34%</u>        | <u>34%</u>        |
| Total                                                   | <u>(1.800)</u>    | <u>3.844</u>      |
| Ativo diferido                                          | 6.122             | 7.342             |
| Passivo diferido                                        | (7.922)           | (3.498)           |
| Passivo diferido líquido                                | (1.800)           | -                 |

A Administração considera que as provisões temporárias ativas serão realizadas em um prazo de até cinco exercícios, em virtude da expectativa de reversão e/ou pagamento da provisão para perdas tributárias, trabalhistas e cíveis.

b) Conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social

Foram registrados no resultado do exercício os seguintes montantes de imposto de renda e contribuição social, correntes e diferidos:

|                                                                              | <u>31/12/2012</u> | <u>31/12/2011</u> |
|------------------------------------------------------------------------------|-------------------|-------------------|
| Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social                     | 393.162           | 356.477           |
| Alíquota                                                                     | <u>34%</u>        | <u>34%</u>        |
| Despesa de imposto de renda e contribuição social pelas alíquotas vigentes   | (133.675)         | (121.202)         |
| Juros sobre o capital próprio                                                | 7.116             | 7.267             |
| Imposto de renda e contribuição social sobre adições e exclusões permanentes | <u>165</u>        | <u>176</u>        |
| Despesa do imposto de renda e da contribuição social                         | <u>(126.394)</u>  | <u>(113.759)</u>  |
| <br>                                                                         |                   |                   |
| Despesa do imposto de renda e da contribuição social correntes               | (120.751)         | (109.991)         |
| Despesa do imposto de renda e da contribuição social diferidos               | (5.643)           | (3.768)           |

12. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER

|                                                                                     | <u>31/12/2012</u> | <u>31/12/2011</u> |
|-------------------------------------------------------------------------------------|-------------------|-------------------|
| Impostos sobre faturamento:                                                         |                   |                   |
| ISS                                                                                 | 3.825             | 3.468             |
| Cofins                                                                              | 2.336             | 2.115             |
| PIS                                                                                 | 506               | 458               |
| ISS na fonte                                                                        | 396               | 413               |
| Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF/PIS/Cofins/CSLL sobre prestação de serviços | 566               | 1.024             |
| Outros impostos                                                                     | <u>640</u>        | <u>148</u>        |
|                                                                                     | <u>8.269</u>      | <u>7.626</u>      |

13. ARRENDAMENTO MERCANTIL FINANCEIRO

As obrigações de arrendamento são garantidas de forma eficaz, uma vez que o ativo arrendado é revertido para o arrendador no caso de inadimplência.

As obrigações financeiras são compostas como segue:

|                                                                                    | <u>31/12/2012</u> | <u>31/12/2011</u> |
|------------------------------------------------------------------------------------|-------------------|-------------------|
| Obrigações brutas de arrendamento financeiro - pagamentos mínimos de arrendamento: |                   |                   |
| Menos de um ano                                                                    | 190               | 892               |
| Mais de um ano e menos de cinco anos                                               | <u>-</u>          | <u>191</u>        |
|                                                                                    | 190               | 1.083             |
| Encargos de financiamento futuros sobre os arrendamentos financeiros               | <u>2</u>          | <u>7</u>          |
| Obrigações de arrendamento financeiro - saldo contábil                             | <u>192</u>        | <u>1.090</u>      |
| <br>                                                                               |                   |                   |
| Circulante                                                                         | 192               | 900               |
| Não circulante                                                                     | -                 | 190               |

A movimentação do arrendamento mercantil está demonstrada a seguir:

|                      | <u>31/12/2012</u> | <u>31/12/2011</u> |
|----------------------|-------------------|-------------------|
| Saldo inicial        | 1.090             | 1.915             |
| Encargos financeiros | 90                | 241               |
| Pagamento principal  | (888)             | (829)             |
| Pagamento de juros   | <u>(100)</u>      | <u>(237)</u>      |
| Saldo final          | <u>192</u>        | <u>1.090</u>      |

A contrapartida dos saldos de arrendamento mercantil financeiro está registrada na rubrica “Imobilizado”, refere-se a caminhões e apresenta valor residual de R\$1.049 em 31 de dezembro de 2012 (R\$1.554 em 31 de dezembro de 2011).

As operações de arrendamento mercantil financeiro não impõem nenhuma restrição, tais como pagamento de dividendos, juros sobre o capital próprio, captação de dívida adicional e outras.

#### 14. DEBÊNTURES

A posição das debêntures está resumida a seguir:

|                                  | <u>31/12/2012</u> | <u>31/12/2011</u> |
|----------------------------------|-------------------|-------------------|
| Principal corrigido              | 220.497           | 327.588           |
| Remuneração (juros)              | 7.479             | 11.125            |
| Custos com emissão de debêntures | <u>(1.670)</u>    | <u>(2.847)</u>    |
|                                  | <u>226.306</u>    | <u>335.866</u>    |
| Circulante                       | <u>133.458</u>    | <u>117.748</u>    |
| Não circulante                   | <u>92.848</u>     | <u>218.118</u>    |

A movimentação das debêntures está demonstrada a seguir:

|                        | <u>31/12/2012</u> | <u>31/12/2011</u> |
|------------------------|-------------------|-------------------|
| Saldo inicial          | 335.866           | 441.496           |
| Encargos financeiros   | 45.989            | 56.937            |
| Pagamento do principal | (96.750)          | (96.750)          |
| Pagamento de juros     | <u>(58.799)</u>   | <u>(65.817)</u>   |
| Saldo final            | <u>226.306</u>    | <u>335.866</u>    |

A Companhia concluiu, em 21 de dezembro de 2006, a emissão de R\$450.000 em debêntures em três séries, sendo a primeira no valor nominal de R\$135.000, com prazo de vencimento de 84 meses e vencimento final em 1º de novembro de 2013, e a segunda e terceira séries de R\$157.500 cada uma, com prazo de vencimento de 90 e 96 meses e vencimentos finais em 1º de maio e 1º de novembro de 2014, respectivamente.

A primeira série, ofertada ao mercado local, tem remuneração vinculada a 104% do CDI, pago semestralmente, e foi precificada utilizando conceitos inseridos na Instrução CVM nº 404/04.

A segunda e terceira séries, também ofertadas ao mercado local, têm remuneração vinculada à variação do IGP-M e remuneração correspondente a 9,5% ao ano, pagas anualmente com diferença de seis meses entre as duas séries.

Essa operação tem classificação de risco “brAAA” da Standard & Poors.

Descrição

|                                                                           |                                                                                                                                                                                                                          |
|---------------------------------------------------------------------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Forma e conversibilidade                                                  | Nominativa escritural, simples, não conversível em ações                                                                                                                                                                 |
| Quantidade emitida                                                        | 45.000 (em três séries)                                                                                                                                                                                                  |
| Valor nominal unitário na data da emissão                                 | R\$10                                                                                                                                                                                                                    |
| Valor nominal unitário atualizado em 31 de dezembro de 2012               | 1ª série - não atualizável<br>2ª série - R\$6,30<br>3ª série - R\$6,01                                                                                                                                                   |
| Fator de atualização do valor nominal unitário                            | 1ª série - não atualizável<br>2ª e 3ª séries - IGP-M                                                                                                                                                                     |
| Remuneração (juros e correção)                                            | 1ª série - 104% do CDI<br>2ª e 3ª séries - 9,5% ao ano (252 dias) sobre o valor nominal unitário atualizado                                                                                                              |
| Vencimento da remuneração (juros e correção)                              | 1ª série: parcelas semestrais (01/05/2007 a 01/11/2013)<br>2ª série: parcelas anuais (01/05/2008 a 01/05/2014)<br>3ª série: parcelas anuais (01/11/2007 a 01/11/2014)                                                    |
| Vencimento da amortização                                                 | 1ª série: parcelas semestrais (01/05/2010 a 01/11/2013)<br>2ª série: parcelas anuais (01/05/2010 a 01/05/2014)<br>3ª série: parcelas anuais (01/11/2010 a 01/11/2014)                                                    |
| Reserva para pagamento da amortização e da remuneração (juros e correção) | Retenção em conta de depósito (aplicação) vinculada de 50% dos valores creditados em conta-corrente a partir do 6º dia de cada mês até atingir o montante equivalente à parcela do valor estimado devido no mês em vigor |
| Instituição depositária das debêntures                                    | Banco Bradesco S.A.                                                                                                                                                                                                      |
| Local de pagamento                                                        | CETIP e CBLC                                                                                                                                                                                                             |
| Instituição responsável pela conta de reserva                             | Unibanco - União de Bancos Brasileiros S.A.                                                                                                                                                                              |
| Agente fiduciário                                                         | Oliveira Trust DTVM S.A.                                                                                                                                                                                                 |
| Garantias                                                                 | Penhor de 99,99% das ações e cessão fiduciária de direitos creditórios do pedágio                                                                                                                                        |
| Cláusula de repactuação das debêntures                                    | Não há cláusulas de repactuação                                                                                                                                                                                          |

Os vencimentos das parcelas não circulantes têm a seguinte distribuição, por ano:

|      | 31/12/2012    |              |               | 31/12/2011     |                |                |
|------|---------------|--------------|---------------|----------------|----------------|----------------|
|      | Parcela       | Custo        | Total         | Parcela        | Custo          | Total          |
| 2013 | -             | -            | -             | 126.769        | (1.145)        | 125.624        |
| 2014 | <u>93.373</u> | <u>(525)</u> | <u>92.848</u> | <u>93.020</u>  | <u>(526)</u>   | <u>92.494</u>  |
|      | <u>93.373</u> | <u>(525)</u> | <u>92.848</u> | <u>219.789</u> | <u>(1.671)</u> | <u>218.118</u> |

O contrato requer a manutenção dos índices financeiros menores que 2,2 pontos correspondentes à relação da dívida líquida com o lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização (EBITDA) e índices financeiros maiores ou iguais a 1,3 ponto em relação ao EBITDA com o serviço da dívida (correspondente aos juros e principal pagos no exercício), tendo como base as demonstrações financeiras. A manutenção dos referidos índices é verificada trimestralmente considerando os últimos 12 meses. Em 31 de dezembro de 2012, os índices financeiros exigidos foram atendidos.

A Taxa Interna de Retorno - TIR das transações está destacada a seguir:

|                     | Data       | Valor nominal  | Despesas com emissão | Valor líquido  | Taxa de juros | TIR            |
|---------------------|------------|----------------|----------------------|----------------|---------------|----------------|
| Debêntures 1ª série | 01/11/2006 | 135.000        | (2.677)              | 132.323        | 104% CDI      | 107% CDI       |
| Debêntures 2ª série | 01/11/2006 | 157.500        | (3.124)              | 154.376        | 9,5% + IGP-M  | 10,32% + IGP-M |
| Debêntures 3ª série | 01/11/2006 | <u>157.500</u> | <u>(3.124)</u>       | <u>154.376</u> | 9,5% + IGP-M  | 10,35% + IGP-M |
|                     |            | <u>450.000</u> | <u>(8.925)</u>       | <u>441.075</u> |               |                |

As taxas aplicáveis à remuneração das debêntures listadas foram determinadas através de procedimento de “bookbuilding”, que consiste na coleta de intenções de investimento conduzido pelos coordenadores da oferta, nos termos do artigo 44 da Instrução CVM nº 400/03. Esse procedimento tem a finalidade de estabelecer as taxas de juros finais que remunerarão as debêntures e, portanto, não foram apurados prêmios ou deságios quando das emissões dos valores mobiliários listados.

## 15. PARTES RELACIONADAS

A Companhia contrata serviços de seus acionistas ou de empresas a eles relacionadas, diretamente ou por meio de consórcio, para execução de obras de conservação, melhorias e ampliação do sistema rodoviário, e serviços de consultoria.

Em 31 de dezembro de 2012 e de 2011, os saldos relativos a operações com partes relacionadas estão apresentados a seguir:

| <u>Balço patrimonial</u>                            | Natureza                   | Ativo         | Ativo     | Ativo não     | Passivo      | Passivo  |
|-----------------------------------------------------|----------------------------|---------------|-----------|---------------|--------------|----------|
|                                                     |                            | circulante    | não       | circulante    | circulante   | não      |
| <u>Companhia</u>                                    |                            | Cientes       | Créditos  | Intangível    | Contas       | Contas   |
|                                                     |                            |               | diversos  |               | a pagar      | a pagar  |
| Consórcio Serra do Mar S.A. (a)                     | Outras partes relacionadas | -             | -         | 45.338        | 3.502        | -        |
| Ecorodovias Concessões e Serviços S.A. (b)          | Controladora direta        | 18            | 39        | -             | 4.722        | 3        |
| Serviços de Tecnologia de Pagamentos S.A. - STP (c) | Outras partes relacionadas | <u>43.663</u> | -         | -             | -            | -        |
| Total em 31 de dezembro de 2012                     |                            | <u>43.681</u> | <u>39</u> | <u>45.338</u> | <u>8.224</u> | <u>3</u> |
| Total em 31 de dezembro de 2011                     |                            | <u>37.580</u> | <u>13</u> | <u>40.425</u> | <u>9.709</u> | <u>-</u> |

### Demonstração do resultado

| <u>Companhia</u>                                    | Natureza                   | Custo dos serviços prestados | Receita    | Despesas gerais e administrativas |
|-----------------------------------------------------|----------------------------|------------------------------|------------|-----------------------------------|
| Serviços de Tecnologia de Pagamentos S.A. - STP (c) | Outras partes relacionadas | -                            | -          | (3.395)                           |
| Ecorodovias Concessões e Serviços S.A. (b)          | Controladora direta        | (40.907)                     | 205        | (21.271)                          |
| Total em 31 de dezembro de 2012                     |                            | <u>(40.907)</u>              | <u>205</u> | <u>(24.666)</u>                   |
| Total em 31 de dezembro de 2011                     |                            | <u>(45.920)</u>              | <u>195</u> | <u>(15.163)</u>                   |

(a) O Consórcio Serra do Mar, formado pelos controladores e pelas seguintes partes relacionadas à Companhia: C.R. Almeida Engenharia de Obras S.A., Impregilo SPA Sucursal Brasil e Cigla Construtor Impregilo Associados S.A., presta serviços para construção de faixas operacionais, baias de emergência, travessia da terceira faixa da Rodovia Padre Manoel da Nóbrega, construção de viadutos na Rodovia Cônego Domênico Rangoni, pavimentação nas rodovias que compõem o Sistema Anchieta-Imigrantes e praças de pedágio. O preço global firmado para execução dos serviços contratados entre a Companhia e o Consórcio Serra do Mar é de R\$94.200, deste total foram incorridos R\$58.741, restando um saldo de R\$35.459 de serviços a incorrer com esse contrato. Os saldos em aberto a pagar têm vencimento em 45 dias e não estão sujeitos a encargos financeiros e não foram concedidas garantias aos credores.

(b) A controladora direta Ecorodovias Concessões e Serviços S.A. presta serviços administrativos, financeiros, de recursos humanos, de tecnologia da informação, de engenharia e de compras corporativas. O valor anual dos contratos estabelecidos entre as empresas de serviços é de R\$62.178, os saldos em aberto têm vencimento em até 45 dias e não estão sujeitos a encargos financeiros e não foram concedidas garantias aos credores.

(c) A parte relacionada Serviços de Tecnologia de Pagamentos S.A. - STP, controlada em conjunto da EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A., presta serviços de administração à gestão dos meios de pagamentos "Sem Parar". O saldo a receber de R\$43.663 tem vencimento de até 45 dias, não está sujeito à atualização monetária e não foram recebidas garantias sobre essas operações.

Em 31 de dezembro de 2012, a Companhia não tinha concedido aval a nenhuma parte relacionada.

### Remuneração dos administradores

Os administradores são as pessoas que têm autoridade e responsabilidade por planejamento, direção e controle das atividades da Companhia, incluindo qualquer administrador (executivo ou outro).

Em 31 de dezembro de 2012, foram pagos e provisionados aos administradores benefícios de curto prazo (ordenados, salários, participação nos lucros, assistência médica, habitação, bens ou serviços gratuitos ou subsidiados e plano de opção com base em ações), contabilizados na rubrica “Despesas gerais e administrativas”.

Não foram pagos valores a título de: (a) benefícios pós-emprego (pensões, outros benefícios de aposentadoria, seguro de vida pós-emprego e assistência médica pós-emprego); (b) benefícios de longo prazo (licença por anos de serviço e benefícios de invalidez de longo prazo); e (c) benefícios de rescisão de contrato de trabalho.

Em Assembleia Geral Extraordinária foi definida a remuneração global anual dos administradores da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2012 de R\$843 (R\$838 em 31 de dezembro de 2011).

A remuneração dos administradores no exercício está demonstrada a seguir:

|                                                                  | <u>31/12/2012</u> | <u>31/12/2011</u> |
|------------------------------------------------------------------|-------------------|-------------------|
| Salários e ordenados                                             | 516               | 511               |
| Plano de opção com base em ações (vide nota explicativa nº 20.d) | 50                | 31                |
| Previdência privada                                              | 29                | 26                |
| Participação nos resultados                                      | <u>268</u>        | <u>220</u>        |
|                                                                  | <u>863</u>        | <u>788</u>        |

## 16. PROVISÃO PARA MANUTENÇÃO

Os valores registrados como provisão referem-se à manutenção do sistema rodoviário, ajustados a valor presente com a taxa de 9,30% ao ano. Os valores são provisionados por trecho e as intervenções ocorrem, em média, a cada seis anos.

A movimentação e os saldos estão demonstrados a seguir:



|                                             | <u>31/12/2010</u> | <u>Adição</u> | <u>Pagamento</u> | <u>Efeito financeiro</u> | <u>31/12/2011</u> |
|---------------------------------------------|-------------------|---------------|------------------|--------------------------|-------------------|
| Constituição da provisão para manutenção    | 144.712           | 47.894        | -                | -                        | 192.606           |
| Efeito do valor presente sobre constituição | (27.894)          | (6.736)       | -                | -                        | (34.630)          |
| Realização da manutenção                    | (75.256)          | -             | (41.210)         | -                        | (116.466)         |
| Ajuste a valor presente - realizações       | <u>14.258</u>     | <u>-</u>      | <u>-</u>         | <u>5.372</u>             | <u>19.630</u>     |
|                                             | <u>55.820</u>     | <u>41.158</u> | <u>(41.210)</u>  | <u>5.372</u>             | <u>61.140</u>     |
| Circulante                                  | 12.418            |               |                  |                          | 19.911            |
| Não circulante                              | 43.402            |               |                  |                          | 41.229            |

|                                               | <u>31/12/2011</u> | <u>Adição</u> | <u>Pagamento</u> | <u>Efeito financeiro</u> | <u>31/12/2012</u> |
|-----------------------------------------------|-------------------|---------------|------------------|--------------------------|-------------------|
| Constituição da provisão para manutenção      | 192.606           | 51.044        | -                | -                        | 243.650           |
| Efeito do valor presente sobre a constituição | (34.630)          | (6.172)       | -                | -                        | (40.802)          |
| Realização da manutenção                      | (116.466)         | -             | (55.286)         | -                        | (171.752)         |
| Ajuste a valor presente - realizações         | <u>19.630</u>     | <u>-</u>      | <u>-</u>         | <u>2.364</u>             | <u>21.994</u>     |
|                                               | <u>61.140</u>     | <u>44.872</u> | <u>(55.286)</u>  | <u>2.364</u>             | <u>53.090</u>     |
| Circulante                                    | 19.911            |               |                  |                          | 16.538            |
| Não circulante                                | 41.229            |               |                  |                          | 36.552            |

#### 17. PROVISÃO PARA CONSTRUÇÃO DE OBRAS FUTURAS

Os valores provisionados como obras futuras são decorrentes dos gastos estimados para cumprir com as obrigações contratuais da concessão cujos benefícios econômicos estão sendo auferidos pela Companhia em contrapartida ao intangível, os valores são ajustados a valor presente a taxas de 9,30% ao ano.

A movimentação e os saldos estão demonstrados a seguir:

|                                             | <u>31/12/2010</u> | <u>Pagamento</u> | <u>Efeito financeiro</u> | <u>31/12/2011</u> |
|---------------------------------------------|-------------------|------------------|--------------------------|-------------------|
| Constituição da provisão para obras futuras | 7.909             | -                | -                        | 7.909             |
| Efeito a valor presente sobre constituição  | (6.041)           | -                | -                        | (6.041)           |
| Realização da construção                    | -                 | (4.238)          | -                        | (4.238)           |
| Ajuste a valor presente - realizações       | <u>3.758</u>      | <u>-</u>         | <u>541</u>               | <u>4.299</u>      |
|                                             | <u>5.626</u>      | <u>(4.238)</u>   | <u>541</u>               | <u>1.929</u>      |
| Circulante                                  | <u>3.697</u>      |                  |                          | <u>-</u>          |
| Não circulante                              | <u>1.929</u>      |                  |                          | <u>1.929</u>      |

|                                             | <u>31/12/2011</u> | <u>Efeito financeiro</u> | <u>31/12/2012</u> |
|---------------------------------------------|-------------------|--------------------------|-------------------|
| Constituição da provisão para obras futuras | 7.909             | -                        | 7.909             |
| Efeito do valor presente sobre constituição | (6.041)           | -                        | (6.041)           |
| Realização da construção                    | (4.238)           | -                        | (4.238)           |
| Ajuste a valor presente - realizações       | <u>4.299</u>      | <u>170</u>               | <u>4.469</u>      |
|                                             | <u>1.929</u>      | <u>170</u>               | <u>2.099</u>      |
| Não circulante                              | <u>1.929</u>      |                          | <u>2.099</u>      |

#### 18. CREDOR PELA CONCESSÃO

|                    | <u>31/12/2012</u> | <u>31/12/2011</u> |
|--------------------|-------------------|-------------------|
| Parcelas fixas     | 64.689            | 68.646            |
| Parcelas variáveis | <u>2.335</u>      | <u>2.116</u>      |
|                    | <u>67.024</u>     | <u>70.762</u>     |
| Circulante         | <u>16.703</u>     | <u>15.663</u>     |
| Não circulante     | <u>50.321</u>     | <u>55.099</u>     |

De acordo com o Contrato de Concessão da Companhia, firmado em 27 de maio de 1998, o pagamento do ônus fixo é subdividido em 240 parcelas fixas, mensais e consecutivas, com vencimentos a partir do mês de início de arrecadação, reajustáveis anualmente pela variação do IGP-M da Fundação Getúlio Vargas - FGV. Em 31 de dezembro de 2012, restam 64 parcelas a vencer e os pagamentos corresponderam a 73,33% do total (68,33% em 31 de dezembro de 2011).

Em conformidade com o pronunciamento técnico CPC 12 - Ajuste a Valor Presente e a Deliberação CVM nº 564/08, foi introduzido o conceito de ajuste a valor presente para as obrigações do credor pela concessão considerando uma taxa de desconto de 9,30% ao ano, similar à taxa de juros atribuída às operações da segunda e terceira séries das debêntures, também atualizadas monetariamente pelo IGP-M. Foi revertido ao resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2012 o desconto de R\$4.335, somado à atualização monetária do direito de outorga de R\$4.978, e foi totalizado o valor líquido de R\$11.310 de variações financeiras do direito de outorga, registrado na rubrica "Resultado financeiro".

A parcela variável é calculada e paga mensalmente com base em 3% da receita de arrecadação.

Os vencimentos das parcelas não circulantes têm a seguinte distribuição, por ano:

|                    | <u>31/12/2012</u> | <u>31/12/2011</u> |
|--------------------|-------------------|-------------------|
| 2013               | -                 | 12.477            |
| 2014               | 13.452            | 11.394            |
| 2015               | 12.285            | 10.406            |
| Posteriores a 2016 | <u>24.584</u>     | <u>20.822</u>     |
|                    | <u>50.321</u>     | <u>55.099</u>     |

A movimentação está demonstrada a seguir:

|                                                | <u>31/12/2012</u> | <u>31/12/2011</u> |
|------------------------------------------------|-------------------|-------------------|
| Saldo inicial                                  | 70.762            | 74.035            |
| Variação monetária sobre credor pela concessão | 9.795             | 9.513             |
| Pagamento principal                            | <u>(13.533)</u>   | <u>(12.786)</u>   |
| Saldo final                                    | <u>67.024</u>     | <u>70.762</u>     |

#### 19. PROVISÃO PARA PERDAS TRIBUTÁRIAS, TRABALHISTAS E CÍVEIS

Os diversos processos em andamento são de natureza tributária, trabalhista e cível, decorrentes do curso normal dos negócios da Companhia. A respectiva provisão para perdas tributárias, trabalhistas e cíveis foi constituída para os processos cujas possibilidades de desembolso futuro foram avaliadas como prováveis, com base na opinião de seus consultores legais.

A movimentação e os saldos estão demonstrados a seguir:

| <u>Natureza</u> | <u>31/12/2010</u> | <u>Adições</u> | <u>Pagamentos</u> | <u>Atualização monetária</u> | <u>31/12/2011</u> |
|-----------------|-------------------|----------------|-------------------|------------------------------|-------------------|
| Cível (a)       | 11.682            | 2.143          | (5.424)           | 3.152                        | 11.553            |
| Tributária (b)  | 526               | 1.379          | (221)             | 85                           | 1.769             |
| Trabalhista (c) | <u>4.602</u>      | <u>2.909</u>   | <u>(2.330)</u>    | <u>1.095</u>                 | <u>6.276</u>      |
|                 | <u>16.810</u>     | <u>6.431</u>   | <u>(7.975)</u>    | <u>4.332</u>                 | <u>19.598</u>     |

| <u>Natureza</u> | <u>31/12/2011</u> | <u>Adições</u> | <u>Pagamentos</u> | <u>Atualização monetária</u> | <u>31/12/2012</u> |
|-----------------|-------------------|----------------|-------------------|------------------------------|-------------------|
| Cível (a)       | 11.553            | 64             | (3.787)           | 497                          | 8.327             |
| Tributária (b)  | 1.769             | 448            | (6)               | 467                          | 2.678             |
| Trabalhista (c) | <u>6.276</u>      | <u>1.415</u>   | <u>(1.388)</u>    | <u>638</u>                   | <u>6.941</u>      |
|                 | <u>19.598</u>     | <u>1.927</u>   | <u>(5.181)</u>    | <u>1.602</u>                 | <u>17.946</u>     |

##### (a) Processos cíveis

Correspondem principalmente a processos envolvendo pleitos de indenização por perdas e danos, oriundos de acidentes ocorridos nas rodovias. A Companhia possui outros processos de natureza cível que totalizam, em 31 de dezembro de 2012, R\$24.867 (R\$4.921 em 31 de dezembro de 2011), avaliados como perdas possíveis pelos advogados e pela Administração; portanto, sem constituição de provisão.

A Companhia possui uma ação civil pública proposta pelo Ministério Público do Estado de São Paulo em face da Companhia, por entender que a concessionária não cumpriu parte do pagamento referente à compensação ambiental relativa à construção da pista descendente da Rodovia dos Imigrantes. Os pedidos pleiteados em sede de tutela antecipada foram rejeitados e foi negado provimento ao agravo de instrumento interposto para reverter essa decisão. Atualmente, os autos principais da ação civil pública estão aguardando a devolução de carta precatória para citação da Companhia. Foi estimado o valor de R\$18.714 para essa causa e sua probabilidade de perda está avaliada como possível; portanto, sem constituição de provisão, em razão da fase processual e dos argumentos de defesa que serão apresentados nos autos da ação civil pública.

(b) Processos tributários

Em 31 de dezembro de 2012, existem também outros processos de natureza tributária que totalizam R\$1.519 (R\$12.944 em 31 de dezembro de 2011), os quais foram avaliados como perdas possíveis pelos advogados e pela Administração; portanto, sem constituição de provisão.

A Companhia possuía um processo administrativo fiscal decorrente de auto de infração lavrado pela Receita Federal do Brasil em São Bernardo do Campo - SP, por ter a fiscalização desconsiderado o regime de caixa no reconhecimento das receitas de variação cambial e, por consequência, exigido os valores devidos a título de IRPJ e CSLL. Em julho de 2012, foi dado ganho de causa em processo transitado em julgado sem desembolso para a Companhia.

(c) Processos trabalhistas

Correspondem, principalmente, a pleitos de indenização por acidentes do trabalho e reclamações de horas extras, não existindo processo de valor individual relevante. Em 31 de dezembro de 2012, existem também outros processos de mesma natureza que totalizam R\$9.151 (R\$6.795 em 31 de dezembro de 2011), os quais foram avaliados como perdas possíveis pelos consultores legais e pela Administração; portanto, sem constituição de provisão.

## 20. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2012 e de 2011, o capital social subscrito é de R\$314.052 e representado por 270.386.120 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, sendo a parcela a integralizar de R\$11.505.

b) Capital autorizado

Conforme o artigo 5º do Estatuto Social, a Companhia fica autorizada a aumentar seu capital social em até 52.965.000 ações ordinárias, mediante deliberação do Conselho de Administração, observadas as condições legais para a emissão e o período do direito de preferência.

c) Reserva de lucros - legal

Constituída com base em 5% do lucro líquido do exercício ajustado, limitada a 20% do capital social.

d) Reserva de capital - plano de opção com base em ações

Conforme deliberado em Assembleia Geral Extraordinária - AGE da controladora indireta EcoRodovias Infraestrutura, datada de 31 de agosto de 2010, foi aprovado um Plano Geral para Outorga de Opção de Compra de Ações aos diretores e empregados do Grupo EcoRodovias. O Conselho de Administração da EcoRodovias Infraestrutura é o responsável por definir e administrar o referido plano.

O plano de opção com base em ações tem como objetivo permitir que os beneficiários se tornem acionistas da EcoRodovias Infraestrutura, de maneira que atuem de forma direta e ativa na busca por resultados positivos. São elegíveis para participar os membros do Conselho de Administração, diretores da EcoRodovias Infraestrutura e de suas controladas e empregados-chave que não sejam administradores estatutários, incluindo aqueles das controladas da EcoRodovias Infraestrutura.

A outorga de opções deve respeitar o limite máximo de até 2% de ações ordinárias do capital social, efetivamente emitidas pela EcoRodovias Infraestrutura. Essas ações deverão ser apenas ações em tesouraria.

O Conselho de Administração fixará os termos e as condições de cada opção em contrato de outorga de opção de compra de ações, a ser celebrado entre a EcoRodovias Infraestrutura e cada beneficiário.

O preço das opções corresponderá ao valor da ação da EcoRodovias Infraestrutura, atualizado monetariamente pelo IPCA ou outro índice de base de apuração equivalente, que seja escolhido pela Assembleia Geral da EcoRodovias Infraestrutura.

O Conselho de Administração disponibilizou 3.421.883 ações ordinárias para esse plano, conforme a seguir:

| <u>Data</u>                       | <u>1ª outorga</u> | <u>2ª outorga</u> | <u>3ª outorga</u> |
|-----------------------------------|-------------------|-------------------|-------------------|
| Quantidade de opções de ações     | 685.764           | 1.212.045         | 1.524.074         |
| Preço no exercício - R\$ por ação | R\$9,95           | R\$13,06          | R\$13,58          |
| Índice de reajuste                | IPCA              | IPCA              | IPCA              |

A Companhia reconhece no resultado, durante o período de prestação dos serviços, o prazo de carência e o custo com a remuneração aos beneficiários com base no valor justo das opções na data da outorga, utilizando o modelo Black-Scholes para a precificação do valor justo das opções. Em 31 de dezembro de 2012, foi registrado na rubrica “Prêmio de opções” o valor de R\$50 (R\$31 em 31 de dezembro de 2011).

A EcoRodovias Infraestrutura efetuará a liquidação desse plano de opção com base em ações entregando ações de sua própria emissão, as quais serão mantidas em tesouraria até o efetivo período das ações por parte dos beneficiários.

As variações nas quantidades de opções de compra de ações estão apresentadas a seguir:

|                           | <u>1ª outorga</u> | <u>2ª outorga</u> | <u>3ª outorga</u> | <u>Total</u>     |
|---------------------------|-------------------|-------------------|-------------------|------------------|
| Em 31 de dezembro de 2010 | 685.764           | -                 | -                 | 685.764          |
| Outorgadas                | -                 | 1.212.045         | -                 | 1.212.045        |
| Exercidas                 | (21.942)          | -                 | -                 | (21.942)         |
| Canceladas                | <u>(17.553)</u>   | <u>-</u>          | <u>-</u>          | <u>(17.553)</u>  |
| Em 31 de dezembro de 2011 | 646.269           | 1.212.045         | -                 | 1.858.314        |
| Outorgadas                | -                 | -                 | 1.524.074         | 1.524.074        |
| Exercidas                 | <u>(257.410)</u>  | <u>(196.899)</u>  | <u>-</u>          | <u>(454.309)</u> |
| Em 31 de dezembro de 2012 | <u>388.859</u>    | <u>1.015.146</u>  | <u>1.524.074</u>  | <u>2.928.079</u> |

O valor justo das opções de compra de ações foi estimado na data de concessão das opções utilizando-se o modelo de precificação de opções Black-Scholes.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2012, foram exercidas 454.309 ações ordinárias, pelo preço médio de R\$12,42 por ação.

A aquisição do direito ao período da opção ocorrerá na forma e nos prazos apresentados a seguir:

| <u>Ano</u> | <u>Preço médio no exercício por ação em R\$</u> | <u>Quantidade de ações</u> | <u>Valor justo médio da opção em R\$</u> | <u>Total</u>  | <u>Prazo para exercer</u> |
|------------|-------------------------------------------------|----------------------------|------------------------------------------|---------------|---------------------------|
| 2013       | 13,12                                           | 855.470                    | 7,36                                     | 6.296         | 11 meses                  |
| 2014       | 13,12                                           | 855.470                    | 9,07                                     | 7.759         | 23 meses                  |
| 2015       | 14,03                                           | 684.030                    | 6,15                                     | 4.207         | 35 meses                  |
| 2016       | 13,92                                           | <u>381.020</u>             | 2,79                                     | <u>1.063</u>  | 47 meses                  |
|            |                                                 | <u>2.775.990</u>           |                                          | <u>19.325</u> |                           |

As condições para as opções estão demonstradas a seguir:

Em 31 de agosto de 2010, o Conselho de Administração da EcoRodovias Infraestrutura aprovou o primeiro programa de recompra de ações. Essa recompra ocorrerá sem redução de capital social e com a utilização de reservas, para efeito de cancelamento ou permanência em tesouraria, bem como para revenda, recolocação no mercado ou lastro para planos de opção com base em ações da EcoRodovias Infraestrutura, observados: (i) as normas expedidas pela CVM e demais disposições legais aplicáveis, em especial o artigo 30, parágrafo 1º, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1980 (alterada pela Instrução CVM nº 10); (ii) o artigo 14, inciso XIV, do Estatuto Social da EcoRodovias Infraestrutura; e (iii) os termos e as condições a seguir:

- Prazo: 365 dias a contar de 31 de agosto de 2010.
- Quantidade de ações em circulação no mercado: 144.003.000 ações ordinárias.

- Quantidade de ações a serem adquiridas: serão adquiridas, no máximo, 4.000.000 de ações ordinárias.

Em 30 de maio de 2012, o Conselho de Administração da EcoRodovias Infraestrutura aprovou o segundo programa de recompra de ações. Essa recompra ocorrerá sem redução de capital social e com a utilização de reservas, para efeito de cancelamento ou permanência em tesouraria, bem como para revenda, recolocação no mercado ou lastro para planos de opção com base em ações da EcoRodovias Infraestrutura, observados: (i) as normas expedidas pela CVM e demais disposições legais aplicáveis, em especial o artigo 30, parágrafo 1º, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1980 (alterada pela Instrução CVM nº 10); (ii) o artigo 14, inciso XIV, do Estatuto Social da EcoRodovias Infraestrutura; e (iii) os termos e as condições a seguir:

- Prazo: 365 dias a contar de 30 de maio de 2012.
- Quantidade de ações em circulação no mercado: 143.737.879 ações ordinárias.
- Quantidade de ações a serem adquiridas: serão adquiridas, no máximo, 1.500.000 de ações ordinárias.

A EcoRodovias Infraestrutura mantém em tesouraria 175.688 ações ordinárias calculadas com base na cotação média do último dia de pregão em 28 de dezembro de 2012, de R\$17,30. O valor total dessas ações, cujo cálculo tem como base a cotação média do pregão de 28 de dezembro de 2012, é de R\$3.039.

e) Dividendos e juros sobre o capital próprio

Aos acionistas é garantido um dividendo e/ou juros sobre o capital próprio de, pelo menos, 25% do lucro líquido do exercício ajustado, calculado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2012, a Companhia efetuou pagamento de dividendos e juros sobre o capital próprio de R\$135.114, sendo R\$115.882 relativos aos lucros do exercício de 2011 e R\$19.232 relativos aos lucros intermediários de 2012.

O saldo de dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar em 31 de dezembro de 2012 é de R\$137.657.

O cálculo dos dividendos referentes aos exercícios findos são como segue:

|                                                                        | <u>31/12/2012</u> | <u>31/12/2011</u> |
|------------------------------------------------------------------------|-------------------|-------------------|
| Lucro líquido do exercício                                             | 266.768           | 242.718           |
| Constituição da reserva legal                                          | -                 | (6.839)           |
| Base de cálculo dos dividendos                                         | <u>266.768</u>    | <u>235.879</u>    |
| Proposta da Administração:                                             |                   |                   |
| Dividendos intermediários pagos                                        | -                 | 10.000            |
| Juros sobre o capital próprio pagos                                    | 20.928            | 21.373            |
| Dividendos mínimos obrigatórios                                        | 48.903            | -                 |
| Dividendos intermediários propostos                                    | -                 | 195.110           |
| Dividendos adicionais propostos - classificados como reserva de lucros | <u>196.937</u>    | <u>9.396</u>      |

## 21. IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS - ISS

Em 1999, os serviços de exploração de rodovias foram incluídos na lista de serviços tributados pelo ISS. A Companhia iniciou negociações com o Poder Concedente para obter o reequilíbrio financeiro do contrato, visto que não foi considerada a incidência desse imposto na tarifa de pedágio. Em 2001, a Companhia iniciou o recolhimento do ISS para as prefeituras dos municípios abrangidos pelo Sistema Anchieta-Imigrantes, conforme regulamentação por parte destas (exceto para a Prefeitura do Município de São Paulo, a qual não regulamentou o imposto naquele ano).

Uma vez que esse tributo não foi previsto na proposta de concessão, a Companhia, por meio dos preceitos de reequilíbrio econômico-financeiro do contrato e aprovação pelo Poder Concedente, através do Termo Aditivo e Modificativo nº 08/06 ("TAM"), compensou, até 30 de novembro de 2011, vigência do referido termo, o valor de R\$241.659 pago às prefeituras com os valores referentes ao ônus da concessão.

Assim, a partir de 1º de dezembro de 2011, a Companhia não efetua a compensação do ISS com os valores de outorga fixa.

## 22. RECEITA LÍQUIDA

|                                             | <u>31/12/2012</u> | <u>31/12/2011</u> |
|---------------------------------------------|-------------------|-------------------|
| Receita com arrecadação de pedágio:         |                   |                   |
| Pedágio em numerário                        | 304.886           | 282.966           |
| Pedágio por equipamento eletrônico          | 418.424           | 359.436           |
| Vale-pedágio e pedágio em cupons            | 55.485            | 47.644            |
| Outras                                      | <u>700</u>        | <u>931</u>        |
|                                             | 779.495           | 690.977           |
| Receitas com construção                     | 75.956            | 73.342            |
| Receitas acessórias (a)                     | <u>39.122</u>     | <u>34.884</u>     |
| Receita bruta                               | 894.573           | 799.203           |
| Deduções de receita - PIS, Cofins e ISS (b) | <u>(70.142)</u>   | <u>(27.431)</u>   |
| Receita líquida                             | <u>824.431</u>    | <u>771.772</u>    |

(a) Referem-se a arrendamento de área para fibra óptica, uso de faixa de domínio, venda de publicidade, implantação e concessão de acessos, entre outros.

(b) A partir de 1º de dezembro de 2011, a Companhia não efetua a compensação do ISS com os valores de outorga fixa. Vide nota explicativa nº 21.



23. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS - POR NATUREZA

|                                       | <u>31/12/2012</u> | <u>31/12/2011</u> |
|---------------------------------------|-------------------|-------------------|
| Pessoal                               | 28.904            | 27.807            |
| Conservação e manutenção              | 18.261            | 15.940            |
| Serviços de terceiros (a)             | 86.797            | 73.434            |
| Seguros (Vide nota explicativa nº 29) | 4.179             | 4.083             |
| Poder Concedente (b)                  | 26.122            | 36.005            |
| Provisão para manutenção              | 44.872            | 41.176            |
| Custos com construção                 | 75.956            | 73.342            |
| Depreciações e amortizações           | 70.728            | 62.487            |
| Locações de imóveis e máquinas        | 3.147             | 2.536             |
| Outros custos e despesas operacionais | <u>19.098</u>     | <u>14.835</u>     |
|                                       | <u>378.064</u>    | <u>351.645</u>    |
| Classificados como:                   |                   |                   |
| Custo dos serviços prestados          | 320.905           | 307.427           |
| Despesas gerais e administrativas     | <u>57.159</u>     | <u>44.218</u>     |
|                                       | <u>378.064</u>    | <u>351.645</u>    |

(a) Os serviços de terceiros são basicamente compostos por serviços de ambulância, resgates e remoções, de R\$5.153, assessoria e consultoria, de R\$67.904, vigilância e limpeza, de R\$2.811, e outros, de R\$10.929.

(b) O valor pago ao Poder Concedente, incluindo ônus da concessão divulgado na nota explicativa nº 18, foi de R\$39.655 em 2012 (R\$48.791 em 2011).

24. RESULTADO FINANCEIRO

|                                                                                    | <u>31/12/2012</u> | <u>31/12/2011</u> |
|------------------------------------------------------------------------------------|-------------------|-------------------|
| Receitas financeiras:                                                              |                   |                   |
| Receita de aplicações financeiras                                                  | 6.439             | 8.517             |
| Variação monetária sobre debêntures                                                | 165               | 1.040             |
| Outras                                                                             | <u>1.242</u>      | <u>2.462</u>      |
|                                                                                    | <u>7.846</u>      | <u>12.019</u>     |
| Juros sobre debêntures                                                             | (27.801)          | (39.898)          |
| Juros sobre arrendamento mercantil financeiro                                      | (90)              | (241)             |
| Variação monetária sobre debêntures                                                | (17.177)          | (16.903)          |
| Variação monetária sobre direito de outorga                                        | (9.795)           | (9.513)           |
| Amortização de custos com emissão de debêntures                                    | (1.176)           | (1.176)           |
| Ajuste a valor presente - provisão para manutenção - interpretação técnica ICPC 01 | (2.534)           | (5.913)           |
| Variação monetária sobre obrigações fiscais e trabalhistas                         | (1.602)           | -                 |
| Outras                                                                             | <u>(833)</u>      | <u>(2.024)</u>    |
|                                                                                    | <u>(61.008)</u>   | <u>(75.668)</u>   |
| Resultado financeiro                                                               | <u>(53.162)</u>   | <u>(63.649)</u>   |

## 25. LUCRO POR AÇÃO

## a) Lucro básico

O lucro e a quantidade média ponderada de ações ordinárias usada no cálculo do lucro básico por ação são os seguintes:

|                                                                                                               | <u>31/12/2012</u> | <u>31/12/2011</u> |
|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------------------|-------------------|
| Lucro básico por ação das operações continuadas                                                               | <u>0,99</u>       | <u>0,90</u>       |
|                                                                                                               | <u>31/12/2012</u> | <u>31/12/2011</u> |
| Lucro do exercício atribuível aos proprietários da Companhia e utilizado na apuração do lucro básico por ação | <u>266.768</u>    | <u>242.718</u>    |
| Quantidade média ponderada de ações ordinárias para fins de cálculo do lucro básico por ação                  | <u>270.386</u>    | <u>270.386</u>    |

## b) Lucro diluído

A Companhia não possui dívida conversível em ações nem opções de compra de ações concedidas.

## 26. PARTICIPAÇÃO NOS LUCROS E RESULTADOS - PLR

A Companhia tem como política a distribuição de Participação nos Lucros e Resultados - PLR aos seus funcionários vinculada a um plano de metas e objetivos específicos, que são estabelecidos e pagos em conformidade com o acordo coletivo de trabalho com o sindicato da categoria. Em 31 de dezembro de 2012, a PLR foi de R\$1.554 (R\$1.305 em 31 de dezembro de 2011), a qual foi apropriada ao resultado nas rubricas “Custo dos serviços prestados” e “Despesas gerais e administrativas”.

## 27. GERENCIAMENTO DE RISCOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS

O Grupo EcoRodovias, no qual a Companhia está inserida, administra seu capital, para assegurar que as empresas que pertencem a ela possam continuar com suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximizam o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio. A estratégia geral da Companhia permanece inalterada desde 2010.

A estrutura de capital da Companhia é formada pelo endividamento líquido (arrendamento mercantil financeiro e debêntures detalhados nas notas explicativas nº 13 e nº 14, deduzidos de caixa e saldo de bancos) e pelo patrimônio líquido da Companhia (que inclui capital emitido, reservas e lucros acumulados, conforme apresentado na nota explicativa nº 20).

A Companhia não está sujeita a nenhum requerimento externo sobre o capital.

A Companhia revisa semestralmente a sua estrutura de capital. Como parte dessa revisão, considera o custo de capital e os riscos associados a cada classe de capital.

Em 31 de dezembro de 2012 e de 2011, a Companhia não possui instrumentos financeiros derivativos.

#### Risco de mercado

a) Exposição a riscos cambiais

A Companhia não apresentava saldo de ativo ou passivo denominado em moeda estrangeira.

b) Exposição a riscos de taxas de juros

A Companhia está exposta a riscos normais de mercado, relacionados às variações do IGP-M e do CDI, relativos a empréstimos em reais. As taxas de juros das aplicações financeiras são vinculadas à variação do CDI.

#### Considerações gerais

- A Administração da Companhia elege as instituições financeiras com as quais as aplicações financeiras podem ser celebradas, além de definir limites quanto aos percentuais de alocação de recursos e valores a serem aplicados em cada uma delas. As aplicações financeiras são definidas como empréstimos e recebíveis.
- Aplicações financeiras: são formadas por CDB e fundos de investimentos e renda fixa, remunerados a taxas que variam entre 100,0% e 102,3% do CDI, e refletem as condições de mercado nas datas dos balanços.
- Clientes: decorrem diretamente das operações da Companhia, são classificados como empréstimos e recebíveis e estão registrados pelos valores originais, sujeitos a provisão para perdas e ajuste a valor presente, quando aplicável.
- Arrendamento mercantil financeiro, debêntures e credor pela concessão: classificados como outros passivos financeiros; portanto, não mensurados ao valor justo e contabilizados pelos valores contratuais de cada operação.

#### Os índices de endividamento são os seguintes:

|                                                                            | <u>31/12/2012</u> | <u>31/12/2011</u> |
|----------------------------------------------------------------------------|-------------------|-------------------|
| Dívida (i)                                                                 | 293.522           | 336.956           |
| Caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários - vinculados | <u>(44.605)</u>   | <u>(62.075)</u>   |
| Dívida líquida                                                             | <u>248.917</u>    | <u>274.881</u>    |
| Patrimônio líquido (ii)                                                    | <u>571.095</u>    | <u>372.483</u>    |
| Índice de endividamento líquido                                            | <u>0,44</u>       | <u>0,74</u>       |

- (i) A dívida é definida como arrendamento mercantil financeiro, debêntures e credor pela concessão circulantes e não circulantes, conforme detalhado nas notas explicativas nº 13 e nº 14.
- (ii) O patrimônio líquido inclui todo o capital e as reservas da Companhia, gerenciados como capital.

Os valores contábil e de mercado dos instrumentos financeiros da Companhia em 31 de dezembro de 2012 são como segue:

|                                                             |                             | <u>Contábil</u> | <u>Mercado</u> |
|-------------------------------------------------------------|-----------------------------|-----------------|----------------|
| <b>Ativos:</b>                                              |                             |                 |                |
| Caixa e bancos (ii)                                         | Empréstimos e recebíveis    | 12.985          | 12.985         |
| Clientes (i)                                                | Empréstimos e recebíveis    | 55.891          | 55.891         |
| Aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários (ii) | Empréstimos e recebíveis    | 31.620          | 31.620         |
| <b>Passivos:</b>                                            |                             |                 |                |
| Fornecedores (i)                                            | Outros passivos financeiros | 14.471          | 14.471         |
| Arrendamento mercantil financeiro                           | Outros passivos financeiros | 192             | 192            |
| Debêntures (iii)                                            | Outros passivos financeiros | 226.306         | 313.113        |
| Credor pela concessão                                       | Outros passivos financeiros | 67.024          | 80.533         |

- (i) Os saldos das rubricas “Clientes” e “Fornecedores” possuem prazo de vencimento substancialmente em até 45 dias; portanto, aproximam-se do valor justo esperado pela Companhia.
- (ii) Os saldos de caixa e bancos, aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários aproximam-se do valor justo nas datas dos balanços.
- (iii) As debêntures foram calculadas por meio de fluxo de caixa descontado, com base nas parcelas a vencer, considerando as cláusulas de resgate antecipado, incluso na escritura das debêntures, e conforme Preço Unitário - PU atualizado.

As referidas taxas e PUs utilizadas para as projeções de mercado foram extraídas das seguintes fontes externas independentes: [www.cetip.com.br](http://www.cetip.com.br), [www.bcb.gov.br](http://www.bcb.gov.br), [www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br), [www.fgv.br](http://www.fgv.br), [www.fiduciario.com.br](http://www.fiduciario.com.br), [www.oliveiratrust.com.br](http://www.oliveiratrust.com.br) e [www.pentagonotruster.com.br](http://www.pentagonotruster.com.br).

a) Risco de taxa de juros

O risco de taxa de juros da Companhia decorre de aplicações financeiras e empréstimos circulantes e não circulantes em que são remunerados por taxas de juros variáveis, que podem ser indexados à variação de índices de inflação. Esse risco é administrado pela Companhia através da manutenção de empréstimos a taxas de juros prefixadas e pós-fixadas.

A exposição da Companhia às taxas de juros de ativos e passivos financeiros está detalhada no item Gerenciamento de risco de liquidez desta nota explicativa.

De acordo com as suas políticas financeiras, a Companhia vem aplicando seus recursos em instituições de primeira linha, não tendo efetuado operações envolvendo instrumentos financeiros que tenham caráter especulativo.

b) Risco de crédito

Concentração de risco de crédito

Instrumentos financeiros, potencialmente, sujeitam a Companhia a concentrações de risco de crédito e consistem, primariamente, em caixa, equivalentes de caixa e clientes.

A Companhia mantém contas-correntes bancárias e aplicações financeiras com instituições financeiras de primeira linha, aprovadas pela Administração, de acordo com critérios objetivos para diversificação de riscos de crédito.

Em 31 de dezembro de 2012, a Companhia apresentava valores a receber da empresa Serviços de Tecnologia de Pagamentos S.A. - STP de R\$43.663 (R\$37.563 em 31 de dezembro de 2011), decorrentes de receitas de pedágios arrecadadas pelo sistema eletrônico de pagamento de pedágio (“Sem Parar”), registrados na rubrica “Clientes”.

c) Risco de liquidez

O risco de liquidez é gerenciado pela controladora indireta EcoRodovias Infraestrutura, que possui um modelo apropriado de gestão de risco e liquidez para o gerenciamento das necessidades de captação e gestão de liquidez no curto, médio e longo prazos. A controladora indireta gerencia o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, linhas de crédito bancárias e linhas de crédito para captação de empréstimos que julgue adequados, por meio do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros.

O vencimento contratual baseia-se na data mais recente em que a Companhia deve quitar as respectivas obrigações:

| <u>Modalidade</u>                 | Taxa de juros (média ponderada) efetiva % a.a. | <u>Próximos 12 meses</u> | <u>Entre 13 e 24 meses</u> | <u>Entre 25 e 36 meses</u> | <u>37 meses em diante</u> |
|-----------------------------------|------------------------------------------------|--------------------------|----------------------------|----------------------------|---------------------------|
| Arrendamento mercantil financeiro | 16,71% a.a.                                    | 192                      | -                          | -                          | -                         |
| Credor pela concessão             | IGP-M                                          | 16.703                   | 13.452                     | 12.285                     | 24.584                    |
| Debêntures                        | IGP-M + 9,5% a.a.                              | 99.684                   | 92.848                     | -                          | -                         |
| Debêntures                        | 104% do CDI                                    | 33.774                   | -                          | -                          | -                         |

Análise de sensibilidade

*Risco de variação nas taxas de juros*

A análise de sensibilidade foi determinada com base na exposição às taxas de juros dos instrumentos financeiros não derivativos no fim do exercício. Para os passivos com taxas pós-fixadas, a análise é preparada assumindo o valor do passivo em aberto no fim do exercício.

A análise de sensibilidade foi desenvolvida considerando a exposição à variação do CDI e do IGP-M, principais indicadores das debêntures contratados pela Companhia:

| Operação                                    | Risco         | Juros a incorrer     |                  |                   |
|---------------------------------------------|---------------|----------------------|------------------|-------------------|
|                                             |               | Cenário I - provável | Cenário II - 25% | Cenário III - 50% |
| Juros de aplicações financeiras             | Alta do CDI   | 2.553                | 3.114            | 3.676             |
| Juros sobre a 1ª série das debêntures       | Alta do CDI   | (1.853)              | (2.213)          | (2.569)           |
| Juros sobre a 2ª e 3ª séries das debêntures | Alta do IGP-M | (31.931)             | (34.568)         | (35.556)          |
| Juros sobre credor pela concessão           | Alta do IGP-M | <u>(3.430)</u>       | <u>(4.291)</u>   | <u>(5.145)</u>    |
| Juros a incorrer, líquidos                  |               | <u>(34.661)</u>      | <u>(37.958)</u>  | <u>(39.594)</u>   |

Para fins de análise de sensibilidade de risco de taxa de juros, a Companhia adotou como critério demonstrar o efeito de juros a incorrer para os próximos 12 meses.

Em atendimento à Instrução CVM nº 475/08, a Companhia está apresentando o cenário provável definido com base na expectativa da Administração e mais dois cenários com deterioração de 25% e 50% da variável do risco considerado, apresentados, de acordo com a regulamentação, como cenário II e cenário III, respectivamente.

As taxas consideradas foram as seguintes:

| <u>Indicador</u> | <u>Cenário I - provável</u> | <u>Cenário II - 25%</u> | <u>Cenário III - 50%</u> |
|------------------|-----------------------------|-------------------------|--------------------------|
| CDI (a)          | 7,30%                       | 9,13%                   | 10,95%                   |
| IGP-M (b)        | 5,90%                       | 7,42%                   | 8,97%                    |

(a) Refere-se à taxa do CDI projetada para 12 meses.

(b) Refere-se à taxa do IGP-M projetada para 12 meses.

As referidas taxas utilizadas para as projeções de mercado foram extraídas das seguintes fontes externas independentes: Tendências Consultoria, [www.cetip.com.br](http://www.cetip.com.br), [www.bcb.gov.br](http://www.bcb.gov.br), [www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br) e [www.fgv.br](http://www.fgv.br).

## 28. PLANO DE PREVIDÊNCIA PRIVADA

A Companhia possui Plano de Previdência Privada, na modalidade de contribuição definida, cujos custos são previsíveis e passíveis de controle e administração, para o qual a Companhia e o colaborador contribuem na mesma paridade de valores para os salários superiores a R\$3,2, até o limite de 10% do salário nominal, e, para salários abaixo desse valor, a Companhia contribui com 1% do salário nominal do colaborador. Em 31 de dezembro de 2012, a Companhia contribuiu com a quantia de R\$164 (R\$151 em 31 de dezembro de 2011), registrada na rubrica “Despesas gerais e administrativas”.

## 29. SEGUROS CONTRATADOS

A Companhia tem cobertura de seguros em virtude dos riscos existentes em suas operações. Os contratos de concessão obrigam as concessionárias a contratar e manter coberturas amplas de seguros, visando à manutenção e garantia das operações normais. As apólices cobrem responsabilidade civil, de acordo com o respectivo contrato de concessão, riscos de engenharia operacionais, entre eles problemas na fase de construção, alterações geológicas, incêndios e desastres naturais (enchentes e deslizamento de terra), danos à propriedade e perda de receita pela interrupção das rodovias.

Em 31 de dezembro de 2012, a especificação por modalidade de risco de vigência dos seguros da Companhia está demonstrada a seguir:

| <u>Modalidade</u>              | <u>Vigência</u>               | <u>Cobertura</u> |
|--------------------------------|-------------------------------|------------------|
| Seguro-garantia                | Julho de 2012 a maio de 2013  | 244.302          |
| Seguro-garantia                | Maio de 2012 a maio de 2013   | 11.922           |
| Responsabilidade civil         | Maio de 2012 a maio de 2013   | 814.935          |
| “All Risks” - danos materiais  | Maio de 2012 a maio de 2013   | 2.650.615        |
| “All Risks” - engenharia       | Maio de 2012 a maio de 2013   | 74.041           |
| “All Risks” - perda de receita | Maio de 2012 a maio de 2013   | 814.935          |
| Equipamentos                   | Maio de 2012 a maio de 2013   | 1.681            |
| Veículos                       | Junho de 2012 a junho de 2013 | Tabela Fipe      |

## 30. CONTRATO DE CONCESSÃO

A Ecovias iniciou suas atividades em 29 de maio de 1998 e tem como objeto social exclusivo a exploração, pelo regime de concessão, do sistema rodoviário constituído pelo Sistema Anchieta-Imigrantes, de acordo com os termos de concessão outorgados pelo Governo do Estado de São Paulo.

O Sistema Anchieta-Imigrantes, com extensão total de 176,8 km, é constituído basicamente por: (a) Rodovia Anchieta (SP-150 - entre o km 9,7 e o km 65,6); (b) Rodovia dos Imigrantes (SP-160 - entre o km 11,5 e o km 70,0); (c) Interligação Planalto (SP-041 - em uma extensão de 8 km); (d) Interligação Baixada (SP-059 - em uma extensão de 1,8 km); (e) Rodovia Padre Manoel da Nóbrega (SP-055/170 - entre o km 270,6 e o km 292,2); e (f) Rodovia Cônego Domênico Rangoni (SP-055/248 - entre o km 0 e o km 8,4 e entre o km 248,0 e o km 270,6).

A concessão, pelo prazo de 20 anos e mediante a cobrança de pedágios, consiste na manutenção e melhoria dos sistemas de operação, construção da pista descendente da Rodovia dos Imigrantes, recuperação das rodovias existentes, construções de pistas marginais, implantação de sistemas de controle de tráfego e atendimento aos usuários, conservações preventivas, implantação de sistemas eletrônicos de gestão e arrecadação de pedágios.

Em 21 de dezembro de 2007, através do Termo Aditivo e Modificativo nº 10, a Companhia obteve a prorrogação do prazo de concessão por mais 70 meses, em virtude do reequilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão. O contrato de concessão possui vigência até março de 2024.

Em 13 de novembro de 2012, através do Termo Aditivo nº 16/12, a Companhia obteve a prorrogação do prazo de concessão por mais 18 meses e 11 dias, em virtude do reequilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão, em decorrência da inclusão de novas obras e serviços no valor de R\$328.719, que incluem a remodelação do trevo localizado no km 55 da Rodovia Anchieta, com implantação de um anel viário interligando as rodovias Anchieta, Cônego Domênico Rangoni, Imigrantes e Padre Manoel da Nóbrega, e a construção de uma terceira faixa em ambos os sentidos na Rodovia Cônego Domênico Rangoni, entre o km 270 e o km 262, na região do Polo Industrial de Cubatão. O contrato de concessão possui vigência até setembro de 2025.

A Companhia assumiu os seguintes compromissos decorrentes da concessão:

a) Ampliação principal:

- Duplicação da Rodovia dos Imigrantes, entre o km 41,0 e o km 58,0 (pista descendente), em 17 de dezembro de 2002, com a entrega da obra.

b) Pagamento de:

- Direito de outorga, em parcelas mensais de valores definidos durante o período de concessão, no valor total de R\$87.000 (R\$44.857 ajustados a valor presente no reconhecimento inicial), acrescido de atualização monetária com base na variação do IGP-M da FGV.
- 3% da arrecadação sobre as receitas derivadas da exploração do sistema rodoviário.

Ao término do período da concessão, retornam ao Poder Concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados à exploração do sistema rodoviário. A concessionária terá direito à indenização correspondente ao saldo amortizado ou depreciado dos bens ou investimentos, cuja aquisição ou execução, devidamente autorizada pelo Poder Concedente, tenha ocorrido nos últimos cinco anos do prazo da concessão.

O contrato de concessão da Companhia foi classificado como ativo intangível. O ativo intangível é reconhecido à medida que a Companhia tem o direito de cobrar dos usuários os serviços públicos.

Os custos e a receita de construção estão reconhecidos de acordo com o contrato de concessão, como segue:

|                       | <u>31/12/2012</u> | <u>31/12/2011</u> |
|-----------------------|-------------------|-------------------|
| Receita de construção | 74.491            | 73.342            |
| Custos de construção  | <u>(74.491)</u>   | <u>(73.342)</u>   |
|                       | =====             | =====             |

Em 31 de dezembro de 2012, os investimentos para atender aos compromissos futuros da Companhia estão estimados em R\$412.258 (R\$433.613 em 31 de dezembro de 2011).



Em decorrência da Deliberação do Conselho Diretor da Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transportes do Estado de São Paulo (“ARTESP” ou “Poder Concedente”), de 27 de julho de 2011, o Poder Concedente elaborou e a Companhia concordou com o TAM em 15 de dezembro de 2011, que prevê a substituição do índice de reajuste das tarifas de pedágio do IGP-M para o IPCA, a fim de uniformizar toda a sistemática de reajuste de tarifas de pedágios de rodovias, sendo mantidos a periodicidade anual e o mês de referência do ajuste. A alteração do índice do reajuste implicará a revisão contratual em base anual perante o Poder Concedente, para verificação de existência de desequilíbrio econômico decorrente da utilização do novo índice, que poderá determinar o reequilíbrio em favor da Companhia ou do Poder Concedente, através de alteração do prazo de concessão ou por outra forma definida em comum acordo entre as partes. As cláusulas do TAM entrarão em vigor a partir da autorização do Secretário Estadual de Logística e Transportes que condicionou a sua aplicação a partir de 1º de julho de 2013.

### 31. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO

A operação da Companhia consiste na exploração de concessão pública de rodovia, sendo este o único segmento de negócio e maneira em que as decisões são tomadas.

A área de concessão da Companhia é dentro do território brasileiro, as receitas são provenientes de cobrança de tarifa de pedágio dos usuários das rodovias e, portanto, nenhum cliente individualmente contribui de forma significativa para as receitas da Companhia.

### 32. REAPRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012 estão sendo reapresentadas para contemplar informações adicionais nas notas explicativas nº 15 - Partes Relacionadas e nº 27 - Gerenciamento de Riscos e Instrumentos Financeiros, item b) Risco de crédito, alterando o saldo divulgado com a parte relacionada Serviços de Tecnologia de Pagamentos S.A. - STP, de R\$44.389 para R\$43.663, e, também, para o aprimoramento da divulgação dos impactos dos cenários (considerando perda ou ganho potencial) da exposição líquida total da Companhia na nota explicativa nº 27.

### 33. APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras da Companhia foram aprovadas para emissão pela Diretoria e envio ao Conselho de Administração em 4 de março de 2013 e para reemissão em 17 de abril de 2013, pelas razões apresentadas na nota explicativa nº 32.

## **RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2012**

### **Senhores Acionistas**

A Administração da Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A., em conformidade com as disposições estatutárias e legais, submete à apreciação de seus acionistas o Relatório da Administração e as correspondentes demonstrações financeiras, referentes aos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2012 e de 2011, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras.

### **Mensagem da Administração**

A Ecovias dos Imigrantes, concessionária que administra o Sistema Anchieta-Imigrantes, sente-se orgulhosa de sua trajetória de sucesso em meio aos grandes desafios e conquistas desde o início de suas atividades em 29 de maio de 1998. Nossos resultados foram atingidos por meio do planejamento e foco constante na eficiência da gestão operacional.

A pista descendente da Rodovia dos Imigrantes, uma das marcas da Ecovias dos Imigrantes, completou dez anos em 17 de dezembro de 2012. A rodovia, uma das mais modernas do mundo, foi construída em quatro anos, com toda a complexidade de uma obra que corta a Serra do Mar, e viabilizou uma nova ligação entre São Paulo e a Baixada Santista. Até hoje, a obra é tida como modelo em gestão ambiental para projetos de infraestrutura com bancos de fomento nacional e internacional e demais instituições financeiras, uma enorme conquista para a Companhia e para o Grupo EcoRodovias.

Conscientes da vocação do Grupo para a prestação de serviços públicos e de suas responsabilidades sociais e ambientais, a Ecovias dos Imigrantes firma o seu compromisso na melhoria contínua na prestação de seus serviços, de modo qualificado e sustentável.

Como consequência disso, a concessionária tem trabalhado fortemente para aumentar a capacidade do Sistema Anchieta-Imigrantes e melhorar seus indicadores operacionais, principalmente os que se referem à segurança no trânsito. A campanha “Por Uma Estrada Sem Acidentes” foi lançada em junho de 2012 com a principal meta de engajar as pessoas em uma causa que deve ser orgulho para todos, principalmente para seu público interno: salvar vidas. A Ecovias dos Imigrantes convidou todos os colaboradores e usuários das rodovias não apenas a fazer uma reflexão, mas a ser uma peça fundamental para auxiliar a Organização das Nações Unidas - ONU a alcançar o objetivo de reduzir em 50% o número de ocorrências no trânsito em todo o mundo – proposto pela Década Mundial de Ações de Segurança no Trânsito. Medidas nas áreas de engenharia e coordenação de tráfego estão sendo tomadas internamente para que essa meta seja alcançada.

O ano 2012 também foi um marco para os futuros investimentos da Ecovias dos Imigrantes, que darão mais capacidade de tráfego à região da Baixada Santista, que hoje possui um gargalo para o crescimento da movimentação de cargas com destino ao Porto de Santos. Em novembro, a concessionária assinou em conjunto com o Governo do Estado de São Paulo um termo aditivo ao Contrato de Concessão para a execução de cerca de R\$328 milhões em novas obras na Baixada Santista.

Tais investimentos incluem a remodelação do trevo localizado no km 55 da Rodovia Anchieta, com a implantação de um anel viário interligando as Rodovias Anchieta, Cônego Domênico Rangoni, Imigrantes e Padre Manoel da Nóbrega, e a construção de uma terceira faixa em ambos os sentidos na Rodovia Cônego Domenico Rangoni, entre o km 270 e o km 262 na região do Polo Industrial de Cubatão. A data prevista para a conclusão das obras é setembro de 2014.

Para finalizar, por mais este ano, a Ecovias dos Imigrantes agradece aos seus colaboradores pela dedicação e comprometimento na superação das metas empresariais, aos seus acionistas diretos e indiretos, sempre confiantes na gestão da Companhia, e ao apoio dos usuários, fornecedores, órgãos reguladores e demais instituições e parceiros.

### **PRÁTICAS CONTÁBEIS**

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos técnicos e as orientações e interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM e com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (“IFRSs”) emitidas pelo “*International Accounting Standards Board - IASB*”. Essas práticas são apresentadas na nota explicativa nº 2 às Demonstrações Financeiras.

## RESULTADOS OPERACIONAIS - TRÁFEGO

| Volume de tráfego (em veículos equivalentes pagantes x mil) | 2012          | 2011          | Variação    |
|-------------------------------------------------------------|---------------|---------------|-------------|
| Comercial                                                   | 25.920        | 24.669        | 5,1%        |
| Passeio                                                     | 33.280        | 31.883        | 4,4%        |
| <b>Total</b>                                                | <b>59.200</b> | <b>56.552</b> | <b>4,7%</b> |

**Nota: Veículo equivalente pagante é uma unidade básica de referência em estatísticas de cobrança de pedágio no mercado brasileiro. Veículos leves, tais como carros de passeio, correspondem a uma unidade de veículo equivalente. Veículos pesados, como caminhões e ônibus, são convertidos em veículos equivalentes por um multiplicador aplicado sobre o número de eixos do veículo, conforme estabelecido nos termos de cada contrato de concessão.**

O volume de tráfego comercial na Ecovias dos Imigrantes é diretamente relacionado à movimentação de importação e exportação no Porto de Santos. O ano 2012 teve como destaque o grande volume de exportação de milho, o que influenciou o crescimento de 5,1% no volume de tráfego comercial em relação ao ano 2011.

O fluxo de veículos de passeio com destino às regiões litorâneas de turismo do Estado de São Paulo é impulsionado, principalmente, pelas condições climáticas favoráveis e pelo aumento da renda da população brasileira. Em 2012, o crescimento registrado foi de 4,4% em relação ao ano 2011.

## RESULTADOS ECONÔMICOS E FINANCEIROS

### RECEITA BRUTA

A receita bruta atingiu R\$894,6 milhões em 2012 e R\$779,2 milhões em 2011, crescimento de 11,9% impulsionado, principalmente, pelo crescimento de tráfego e reajuste da tarifa de pedágio em 4,3% ocorrido em julho de 2012.

| Receita bruta<br>(em milhões de R\$) | 2012         | 2011         | Var.         |
|--------------------------------------|--------------|--------------|--------------|
| Receitas de pedágio                  | 779,5        | 691,0        | 12,8%        |
| Receitas acessórias                  | 39,1         | 34,9         | 12,0%        |
| Receita de construção                | 76,0         | 73,3         | 3,7%         |
| <b>Total</b>                         | <b>894,6</b> | <b>799,2</b> | <b>11,9%</b> |

- **Receita de pedágio:** em 2012 a receita de pedágio atingiu R\$779,5 milhões, crescimento de 12,8% em comparação ao ano 2011, sendo responsável por 87,1% da receita total da concessionária.
- **Receitas acessórias:** são provenientes do monitoramento de cargas especiais, painéis publicitários, ocupação de faixa de domínio, acessos e outros serviços de utilização e exploração da faixa de domínio das concessões e tiveram crescimento de 12,0% em relação ao ano 2011.
- **Receita de construção:** conforme estabelecido pela ICPC 01 (Interpretação do Comitê de Pronunciamentos Contábeis) - Contratos de Concessão, a realização de obras e melhorias na infraestrutura rodoviária foi considerada como receita de construção, a valor justo. A Companhia entende que os valores contratados de terceiros para realização dessas obras estão estabelecidos a valor de mercado e, portanto, não reconhece margem de lucro nas atividades de construção. Essa receita manteve-se em linha nos anos 2012 e 2011.

## RECEITA LÍQUIDA

A receita líquida atingiu R\$824,4 milhões em 2012 e R\$771,8 milhões em 2011, crescimento de 6,8%. As deduções sobre a receita bruta atingiram R\$70,1 milhões em 2012 e R\$27,4 milhões em 2011. A receita líquida sem os efeitos da ICPC 01 foi de R\$748,5 milhões em 2012 e R\$698,4 milhões em 2011.

## CUSTOS OPERACIONAIS E DESPESAS ADMINISTRATIVAS

Em 2012, os custos operacionais e as despesas administrativas somados atingiram R\$378,1 milhões e R\$351,6 milhões em 2011, crescimento de 7,5%.

| Custos operacionais e despesas administrativas<br>(em milhões de R\$) | 2012         | 2011         | Var.        |
|-----------------------------------------------------------------------|--------------|--------------|-------------|
| Pessoal                                                               | 28,9         | 27,8         | 4,0%        |
| Conservação e manutenção                                              | 18,3         | 15,9         | 15,1%       |
| Serviços de terceiros                                                 | 86,8         | 73,4         | 18,3%       |
| Poder Concedente, seguros e locações                                  | 33,4         | 42,6         | -21,6%      |
| Depreciação e amortização                                             | 70,7         | 62,5         | 13,1%       |
| Provisão para manutenção                                              | 44,9         | 41,2         | 9,0%        |
| Custo com construção de obras                                         | 76,0         | 73,3         | 3,7%        |
| Outros                                                                | 19,1         | 14,9         | 28,2%       |
| <b>TOTAL</b>                                                          | <b>378,1</b> | <b>351,6</b> | <b>7,5%</b> |

Os principais motivos das variações apresentadas na tabela anterior foram: (i) aumento dos serviços de terceiros decorrentes da contratação de consultorias e assessoria de informática e, principalmente, das despesas com a Campanha Nacional EcoRodovias Sem Acidentes; (ii) aumento da despesa de amortização devido à conclusão de novas obras e, consequentemente, maior base de ativos; e (iii) aumento da provisão de custos futuros de manutenção rodoviária e do custo de construção de obras, ambos decorrentes da aplicação das IFRSs/ICPC.

## EBITDA E MARGEM EBITDA

Considerando os efeitos da aplicação das IFRSs em 2012, o “*Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation, and Amortization - EBITDA*” totalizou R\$517,1 milhões, crescimento de 7,1% em relação aos R\$482,6 milhões obtidos em 2011. A margem EBITDA atingiu 62,7% em 2012, acréscimo de 0,2 ponto percentual em relação 2011.

O EBITDA ajustado, desconsiderando os efeitos da adoção das IFRSs, ou seja, excluindo a receita de construção do saldo da receita líquida e excluindo o custo de construção e a provisão para manutenção do saldo dos custos dos serviços prestados, totalizou R\$562,0 milhões, crescimento de 7,3% em relação aos R\$523,8 milhões de 2011. A margem EBITDA ajustada foi de 75,1%, apresentando um aumento de 0,1 ponto percentual.

| EBITDA IFRS<br>(em milhões de R\$)     | 2012         | 2011         | Var.           |
|----------------------------------------|--------------|--------------|----------------|
| Lucro líquido                          | 266,8        | 242,7        | 9,9%           |
| Depreciação e amortização              | 70,7         | 62,5         | 13,1%          |
| Resultado financeiro                   | 53,2         | 63,6         | -16,4%         |
| Imposto de renda e contribuição social | 126,4        | 113,8        | 11,1%          |
| <b>EBITDA IFRS</b>                     | <b>517,1</b> | <b>482,6</b> | <b>7,1%</b>    |
| <b>Margem EBITDA IFRS</b>              | <b>62,7%</b> | <b>62,5%</b> | <b>0,2 p.p</b> |

| <b>EBITDA ajustado sem IFRS</b> |              |              |                 |
|---------------------------------|--------------|--------------|-----------------|
| (em milhões de R\$)             | <b>2012</b>  | <b>2011</b>  | <b>Var.</b>     |
| EBITDA IFRS                     | 517,1        | 482,6        | 7,1%            |
| Receita de construção           | (76,0)       | (73,3)       | 3,7%            |
| Custos com construção           | 76,0         | 73,3         | 3,7%            |
| Provisão para manutenção        | 44,9         | 41,2         | 9,0%            |
| <b>EBITDA ajustado</b>          | <b>562,0</b> | <b>523,8</b> | <b>7,3%</b>     |
| <b>Margem EBITDA ajustada</b>   | <b>75,1%</b> | <b>75,0%</b> | <b>0,1 p.p.</b> |

## RESULTADO FINANCEIRO

O resultado financeiro líquido em 2012 foi uma despesa de R\$53,2 milhões, redução de 16,3% em relação aos R\$63,6 milhões em 2011. A redução apresentada nas despesas financeiras deve-se aos pagamentos de principal das debêntures da 1ª Emissão de Debêntures, reduzindo os saldos de passivos a incorrer em juros.

## LUCRO LÍQUIDO

Em 2012, o lucro líquido atingiu R\$266,8 milhões, crescimento de 9,9% em relação a 2011. A margem líquida do lucro de 2012 foi de 32,4%, superior em 1,0 ponto percentual quando comparado a 2011.

## DISPONIBILIDADE E ENDIVIDAMENTO

A Ecovias dos Imigrantes encerrou o ano 2012 com saldo de caixa e bancos, aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários - vinculados de R\$44,6 milhões. A dívida bruta da Ecovias atingiu R\$226,5 milhões em 31 de dezembro de 2012.

O principal endividamento da Ecovias dos Imigrantes é a 1ª Emissão de Debêntures no valor de R\$450,0 milhões, realizada em 2006, com vencimento em novembro de 2014 e que já está sendo amortizada.

| <b>Endividamento</b>               |                   |                   |             |                                   |                           |
|------------------------------------|-------------------|-------------------|-------------|-----------------------------------|---------------------------|
| (em milhões de R\$)                | <b>31/12/2012</b> | <b>31/12/2011</b> | <b>Var.</b> | <b>Taxas Atuais</b>               | <b>Vencimento</b>         |
| Debêntures                         | 226,3             | 335,9             | -32,6%      | IGP-M + 9,50%<br>a.a./104,00% CDI | Novembro/14               |
| Arrendamento Mercantil Financeiro  | 0,2               | 1,1               | -81,8%      | de 1,20% a<br>1,45% a.m.          | De setembro/12 a junho/13 |
| <b>Dívida Total</b>                | <b>226,5</b>      | <b>337,0</b>      |             |                                   |                           |
| Caixa e equivalentes de caixa      | 16,1              | 32,0              |             |                                   |                           |
| Aplicação financeira vinculada (*) | 28,5              | 30,1              |             |                                   |                           |
| <b>Dívida Líquida</b>              | <b>181,9</b>      | <b>274,9</b>      |             |                                   |                           |

(\*) *Inclui as aplicações financeiras vinculadas à liquidação das debêntures, registradas na rubrica "Títulos e valores mobiliários".*

## CAPEX

O Capex somado, realizado na Ecovias dos Imigrantes em 2012, foi de R\$146,1 milhões, 25,4% superior ao realizado no ano anterior, que totalizou R\$116,5 milhões. A principal obra do período foi a implantação da 5ª faixa entre o km 26 e o km 41 da Rodovia dos Imigrantes.

| CAPEX (em milhões de R\$) | 2012                   |                     |       | 2011                   |                     |       | Variação               |                     |       |
|---------------------------|------------------------|---------------------|-------|------------------------|---------------------|-------|------------------------|---------------------|-------|
|                           | Intangível/Imobilizado | Custo de Manutenção | Total | Intangível/Imobilizado | Custo de Manutenção | Total | Intangível/Imobilizado | Custo de Manutenção | Total |
| Ecovias                   | 91,1                   | 55,0                | 146,1 | 75,3                   | 41,2                | 116,5 | 21,0%                  | 33,4%               | 25,4% |

## GOVERNANÇA CORPORATIVA

A Ecovias dos Imigrantes está em conformidade com as diretrizes do Grupo EcoRodovias, alinhada às melhores práticas de Governança Corporativa da EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A., pautando suas ações com base na ética, na transparência, na responsabilidade, no respeito e no tratamento equânime com todos os seus “stakeholders”. A Companhia busca consolidar os princípios do compartilhamento de controle, valores e ideais em suas Unidades de Negócio e disseminar os conceitos e as práticas da responsabilidade social e do desenvolvimento sustentável, essenciais para o sucesso do negócio. A gestão corporativa está alicerçada em dois órgãos: Conselho de Administração e Diretoria Executiva. Pela própria natureza de suas atividades - prestação de serviços públicos, a Companhia tem como premissa o investimento constante em ações que gerem valor para todos os públicos com os quais se relaciona e promovam o desenvolvimento do País. Dentro da gestão da Concessionária e do Grupo destaca-se o modelo de controle de custos e gestão por processos praticados, além das políticas de qualidade e adoção de indicadores como o “Balanced Scorecard - BSC e EVA®”.

## GESTÃO DE PESSOAS

O Grupo EcoRodovias conquistou, em 2012, o direito de permanecer por mais um ano no restrito grupo de empresas que se diferenciam no mercado pela excelência na gestão de pessoas. Pela quarta vez consecutiva, está entre as 150 melhores empresas para se trabalhar no Brasil, de acordo com pesquisa da Você S.A/FIA, e, pelo segundo ano consecutivo, no ranking das 130 Melhores Empresas para Trabalhar definido pela Revista Época/Great Place to Work. A área de Recursos Humanos prioriza programas que visam ao bem-estar dos colaboradores, com destaque para o Programa de Formação de Líderes, que busca o desenvolvimento de competências dos colaboradores.

## RESPONSABILIDADE SOCIAL

A política socioambiental da EcoRodovias, que se estende à Ecovias dos Imigrantes, determina as tomadas de decisão com vistas ao crescimento sustentável do Grupo. Para tanto, diretrizes foram desenvolvidas em âmbito interno e externo e com o apoio dos comitês de sustentabilidade. A Ecovias dos Imigrantes orgulha-se de ser a primeira concessionária de rodovias no mundo certificada pela norma de gestão ambiental ISO 14001, além de possuir a ISO 9001 de qualidade e a OHSAS 18001 de saúde e segurança do trabalho.

Dentro da estratégia de desenvolver projetos sociais, a Ecovias se destaca em vários trabalhos direcionados às comunidades lindeiras, tais como “De Bem com a Via” – educação do trânsito para crianças utilizando atividades lúdicas, jogos e brincadeiras, “Virando o Jogo” – projeto com crianças que utiliza o esporte como ferramenta para intensificar ações de educação no trânsito e inclusão social, “Capacitar” – capacitação profissional de moradores da região, “Acessa Comunidade” – inclusão digital, “Voluntários do Bem” – projeto educacional ministrado por colaboradores da concessionária e “Casa Limpa” – voltado para a educação ambiental das comunidades lindeiras. O Ecoviver, programa de responsabilidade socioambiental do Grupo, é voltado para a educação ambiental de crianças e jovens e inclui palestras para professores das escolas, instruindo os participantes em como trabalhar a questão do lixo em sala de aula, e eventos que incluem a teoria dos 3Rs (Reduzir, Reutilizar e Reciclar). Desde 2006, quando foi criado, o projeto já atendeu cerca de 228 mil alunos, 7.000 professores e 1.800 escolas em 25 cidades nos Estados de atuação da EcoRodovias.

## RELACIONAMENTO COM AUDITORES INDEPENDENTES

Em atendimento à Instrução CVM nº 381/03, informamos que a Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes foi contratada para a prestação dos seguintes serviços em 2012: auditoria das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e Normas Internacionais de Relatório Financeiro (“IFRS”); revisão dos controles internos; e revisão das informações contábeis intermediárias trimestrais de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executadas pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - “Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity”, respectivamente). Os honorários relativos a esses trabalhos são de R\$187 mil. A Companhia não contratou os auditores independentes para trabalhos diversos daqueles correlatos da auditoria externa.

.....

*As informações no Relatório da Administração de 2012 sobre volume de tráfego, tarifa média, Capex não foram auditadas pelos auditores independentes.*

*As informações no Relatório da Administração de 2012 sobre margem EBITDA, EBITDA e EBITDA ajustado foram objeto de leitura pelos auditores independentes nos termos da norma NBC TA 720 emitida pelo Conselho Federal de Contabilidade, para identificação de inconsistências relevantes com as demonstrações financeiras auditadas.*



## **Declaração dos diretores**

Após exame das demonstrações financeiras da Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A. referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012, bem como o relatório sem ressalvas da Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes, a Diretoria aprovou a remissão e a reapresentação das demonstrações financeiras em observância às disposições dos Incisos V e VI do Artigo 25 da Instrução CVM nº 480/09, declara que:

- Reviu, discutiu e concorda com as opiniões expressas no relatório emitido pela Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes; e
- Reviu, discutiu e concorda com as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2012.

**Federico Botto**  
Diretor Presidente

**José Carlos Cassaniga**  
Diretor Superintendente e de Relações com Investidores